

Capitalistas e industriais (1870-1914)*

INTRODUÇÃO

Foi como uma horda tremenda, erguendo-se por detrás da barricada da luta de classes, que entrevi os industriais que durante a segunda metade do século XIX montaram as primeiras fábricas em Portugal. Nos jornais operários, a lista dos adjectivos usados para os descrever era particularmente colorida. Os industriais eram todos «cúpidos», «egoístas», «avaros», «miseráveis», «despóticos», «obesos», «ventrudos», «lascivos», «crápulas» e «debochados». Os símiles ilustram os sentimentos prevalecentes: os industriais eram «vampiros», «gibóias», «abutres», «tigres». O que os distinguia do resto dos mortais era a sua maior dureza de coração, uma característica que os tornava particularmente aptos para explorar o semelhante.

Fui em sua busca noutras paragens. Mas, na historiografia disponível, a «burguesia industrial» permanece um conceito vago, como vago se mantém o seu contributo para a modernização do País. Segundo Miriam Halpern Pereira, a burguesia fabril, que já existiria em 1820, teria sido uma das grandes vítimas do livre-cambismo. Para Joel Serrão, como para Magalhães Godinho, a causa do seu definhamento dever-se-ia antes a factores culturais: teria sido a mentalidade desta nova burguesia, cedo integrada na «nobreza de pé fresco», que teria impedido o País de se industrializar. Na opinião de Magalhães Godinho, o papel da burguesia industrial fora limitadíssimo: entalada entre a «oligarquia» e a «plebe», a burguesia oitocentista não teria sido capaz de impor «um traçado novo dos rumos nacionais», pelo que a industrialização do País se revelara «impossível». Recentemente, J. Reis veio chamar a atenção para os obstáculos materiais com que a burguesia se teve de defrontar, invertendo as teses tradicionais: «Ainda que tivesse havido uma enorme protecção e incentivos estatais, um empresariado mais orientado para as manufacturas e uma maior disponibilidade de capital industrial, o desenvolvimento económico estava seriamente tolhido à partida pela deficiente dotação de recursos naturais, por um lado, e, por outro, pela debilidade da procura interna.» A polémica reabria-se, com novos intervenientes¹.

Na ficção oitocentista, os industriais são também uma figura menor. Em Eça de Queirós surgem aristocratas, empregados de escritório, padres, far-

* Este texto, um documento de trabalho, é uma versão preliminar de um estudo mais vasto sobre os industriais portugueses.

¹ M. Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa, 1983; J. Serrão, *Temas Oitocentistas*, vol. I, Lisboa, Horizonte, 1978 e *Da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Horizonte, 1979; V. Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1971; Jaime Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», in *Andlise Social*, n.º 80, 1984.

macêuticos e políticos; candidatos a industriais só encontramos o pobre Teodorico, d'*A Relíquia*, que, após a expulsão da casa da tia, irá, pela mão de um antigo condiscípulo, trabalhar para uma fábrica de fiação, à Pampulha. O destino fabril funciona aqui claramente como um castigo para meninos mal comportados. Alguns anos depois, no primeiro romance a ter como pano de fundo a industrialização, o *Amanhã*, de Abel Botelho, aparece finalmente um patrão têxtil. Dadas as predileções ideológicas do autor, um progressista pequeno-burguês de prosa empolada, não admira que os Carvalho Meireles sejam retratados como um casal de parasitas que a custo haviam accedido ao desejo de um filho excêntrico de construir uma fábrica, no jardim do palácio. Odiando os operários, desprezando os lucros, os protagonistas são demasiado horrendos para serem verosímeis.

O tema aparece sobretudo no jornalismo. Ramalho Ortigão decidiu incluir os industriais na sua galeria de horrores, tentando provar que também eles estariam a impedir o desenvolvimento do País. Em 1876, numa carta-aberta ao ministro do Reino, deixou-nos um retrato inolvidável: «Nos chefes de indústria, ausência absoluta de espírito de classe, de amor da profissão. Uma vez enriquecido, o industrial procura tornar-se capitalista, homem de negócios, influente político, comendador, visconde, director de bancos, gerente de companhias. E considera a fábrica um desdouro, uma *mésalliance*, um ganha-pão subalterno, com a vantagem principal de representar em cada eleição um peso de duzentos votos, a troco dos quais ele procura colocar-se sob a protecção do Estado e sob o favor dos governos.» Lançava-se depois, com deleite, na comparação: «Que incomensurável distância entre este *parvenu* pretensioso e ridículo, entre este pequeno ambicioso inepto, marido de uma pateta que quer ser baronesa, pai de um imbecil que quer ser marialva, e o industrial inglês, que [...]» E seguia-se uma lista das coisas que Ramalho gostaria de ver realizadas no seu país, todas manifestamente impossíveis, enquanto Portugal estivesse imerso na «crassa, profunda e ilimitada ignorância» que tudo invadia². De forma mais ou menos clara, muitas foram as obras que transmitiram ideias semelhantes, transformando os industriais portugueses num estereótipo irreconhecível. O carácter polémico dos escritos da geração de 1870 foi frequentemente esquecido, tendo estas descrições sido tomadas como imagens fiéis dos contemporâneos.

A definição do que era um «industrial» ou um «empresário» no século XIX não é simples. Em 1877, o *Dicionário* de Moraes definia o «empresário» da seguinte maneira: «Aquele que empreende alguma negociação ou estabelecimento de comércio, de utilidade e uso público, fazendo os edifícios e adiantando os custos necessários, e. g. empresário de um teatro, de uma oficina ou fábrica; difere de empreiteiro. Empresário, de ordinário, só se diz dos teatros e outros espectáculos públicos.» O significado moderno já estava presente, mas subordinado. Algo de semelhante se passava com as palavras «indústria» e «industrial». A primeira referia-se a qualquer obra «útil ao consumo dos homens», estando ligada à ideia de «manha»; daí que «cavalheiro da indústria» significasse ainda aquele que «vive com artifícios pouco honestos, avelhacados, por não ter bens certos de que viva». O termo usual era o de «fabricante», que se applicava simultaneamente ao artesão, ao mestre, ao dono da oficina e ao indivíduo que dava trabalho a fazer no domicílio. Eram «fabricantes» todos os que, de uma maneira ou de outra, estavam ligados ao mundo da «mecânica». Mas, ao lado da defi-

nição tradicional aparecia já a seguinte: «Fabricante é o dono de uma fábrica, ou de muitas, que não fabrica com as suas mãos, se não com o seu entendimento; e o que o seu entendimento concebe, e a sua vontade ordena, o põe em execução o fabricante, que é o mestre ou oficial empregado na fábrica. O que dá a ordem é o fabricante; o que executa é o fabricante.»³

A realidade era complexa, o que explica as hesitações terminológicas. Na segunda metade do século XIX, por todo o lado, coexistiam artesãos e fabricantes, industriais e capitalistas, fazendo do mundo da indústria um tecido multiforme. Bastará folhear os inquéritos industriais do período para se verificar a falta de coesão do grupo. O inquérito de 1881, a fonte principal deste trabalho, recenseava, lado a lado, homens de origens e ocupações diversas, grandes industriais ao lado de donos de minúsculas oficinas, num coro em que as vozes artesanais se misturavam aos depoimentos fabris⁴.

Sem querer impor um esquema demasiado rígido, procurei ter em atenção alguns critérios simples na selecção das empresas a estudar. O principal foi o número de operários, mas considerei outros aspectos, como a concentração da energia mecânica, o tipo de máquinas e a existência de supervisão nas oficinas⁵. Houve dúvidas sobre a inclusão de grandes unidades, em especial nos casos em que a produção se fizera sempre em grande escala, quer por razões técnicas, como no vidro, quer por motivos fiscais, como nos tabacos. Como se sabe, uma fábrica não é apenas uma grande unidade de produção, pelo que o número de operários nunca é suficiente para delimitar o universo fabril. Apesar de tudo, acabei por incluir grandes unidades tradicionais, mesmo sabendo que, sobretudo no caso dos tabacos, a sua inclusão era problemática. Numa fase em que se assistia ao nascimento da grande indústria pareceu-me melhor ser flexível.

O que era uma «grande» fábrica em Portugal, em 1881? A resposta não é fácil, até porque o que era «grande» num sector poderia não o ser noutro. Uma fiação com 200 operários não espantaria ninguém, mas uma cerâmica com idêntico número de trabalhadores já o faria. Mesmo tendo em conta esta diversidade, optei por considerar «grande» qualquer fábrica com mais de 100 operários. Escolhi assim 70 empresas (61 com mais de 100 operários, 9 com mais de 500). O conjunto representava 64 % do total dos cavalos-vapor recenseados no inquérito e 78 % do operariado fabril⁶.

Resta definir o que era um industrial. F. Crouzet fornece, no seu livro *The First Industrialists*, uma resposta útil: um industrial é alguém que possui uma fábrica, e não uma oficina (o que o distingue do fabricante), e que a dirige (o que o distingue do capitalista)⁷. Embora tivesse tentado aplicar este critério, é possível que, nalguns casos, tenha estendido as fronteiras, dado

³ Em Inglaterra, o termo *industrial* só começou a ser divulgado a partir de 1860. Até lá usou-se sobretudo o termo *manufacturer*, que designava patrões e trabalhadores, embora, à medida que o tempo passava, se aplicasse cada vez mais aos segundos. Ver F. Crouzet, *The First Industrialists*, Cambridge University Press, 1985.

⁴ A comissão oficial enviou 10 500 questionários, mas o número de empresas que os devolveu foi pequeno: 11%. Felizmente, existem muitas informações adicionais nos volumes que reuniram os registos das visitas às fábricas e os depoimentos dos industriais. Só me ocuparei da indústria transformadora; vale a pena referir, contudo, que havia uma grande empresa nas minas: a Mina de São Domingos, que era explorada por ingleses, empregava 1122 operários.

⁵ F. Crouzet, *op. cit.*, p. 9 e D. S. Landes «What do bosses really do?», *The Journal of Economic History*, 3, 1986.

⁶ No volume-síntese do inquérito de 1881, a população operária é dividida em fabril (22 827), oficial (23 076) e trabalho a domicílio (45 095). As fábricas seleccionadas utilizavam 4320 cv e empregavam 16 770 operários.

⁷ F. Crouzet, *op. cit.*, p. 8.

que nem sempre dispunha de elementos concretos sobre a gestão das empresas. Nas parcerias comerciais e nas sociedades anónimas, era entre os accionistas que geralmente se recrutavam os directores. Em teoria, um administrador só deveria ser incluído neste trabalho desde que possuísse uma parte significativa do capital. Uma coisa é certa: mesmo nos casos em que os industriais delegavam o poder, a cadeia de comando era curta. Não existindo uma classe de gestores, no sentido moderno da palavra, se queriam manter-se em actividade, os industriais sabiam que não lhes convinha deixar em mãos distantes o controlo das fábricas.

Este artigo dividir-se-á em três partes. Numa primeira descreverei as fábricas e os seus donos, em 1881; numa segunda analisarei a forma como as empresas evoluíram ao longo dos trinta anos subsequentes; numa última apresentarei uma caracterização do grupo ou grupos.

I — UMA VIAGEM PELAS FÁBRICAS EM 1881

A industrialização portuguesa foi, como se sabe, um processo lento e tardio. Em 1881, os trabalhadores ocupados na indústria eram umas escassas dezenas de milhares, os industriais algumas centenas⁸. Sem ferro, sem carvão, sem outras matérias-primas essenciais nesta fase de arranque, o desenvolvimento do País defrontava-se com sérios obstáculos. Tudo, a pobreza do solo, o isolamento geográfico, a dimensão do mercado interno, a cultura, parecia concorrer para que Portugal se mantivesse atrasado. Não admira que os capitalistas revelassem pouca apetência pelo investimento industrial: era certamente mais rendável aplicar dinheiro na dívida pública, em prédios urbanos ou em explorações agrícolas. Muitos observadores da cena portuguesa notavam que a vida dos industriais mais não era do que «uma longa série de tormentos criados por aspirações louváveis»⁹. Para o alto funcionário Luís Augusto Palmeirim, um dos organizadores do *Inquérito Industrial de 1881*, a história das indústrias nacionais era «uma história mutilada, a que falta o prefácio, isto é, o crédito industrial, e o epílogo, que são mercados mais amplos abertos ao consumo dos produtos»¹⁰. Na realidade, uma das grandes dificuldades da indústria era a falta de capital. Inúmeras vezes os industriais se queixaram de que a concentração dos recursos financeiros na construção das vias de comunicação lhes estavam a impedir o acesso ao crédito. Como diziam, tal opção contribuíra para «secar» as fontes de financiamento. Enquanto o Estado competisse com eles nos mercados financeiros, as taxas de juro manter-se-iam demasiado altas para que fosse apetecível investir em fábricas. Como dizia o dono da Fábrica de Papel de Alenquer, podia acontecer que, conjunturalmente, o juro baixasse um pouco, como sucedeu durante os anos que se seguiram ao fim da guerra do Paraguai, mas as taxas nunca se afastavam dos 6-6½%. Um problema não menos crucial

⁸ Não se conhece o número exacto dos indivíduos que viviam da indústria. Quando se tratou de enviar o questionário de 1881, o governo descobriu, nas matrizes das contribuições industriais, 10 500 pessoas, mas a esmagadora maioria eram donos de pequenas oficinas. Com as visitas e os depoimentos, o número de fábricas (excluindo as oficinas) sobre as quais se recolheram elementos foi de 338, mas não sabemos qual a sua representatividade. Ver *Inquérito Industrial de 1881, Resumo*, p. 86.

⁹ A. Figueiredo, *Le Portugal*, Lisboa, 1873.

¹⁰ *Inquérito Industrial de 1881*.

consistia na falta de compradores. O País era pequeno e pobre e, lá fora, os produtos portugueses não eram competitivos.

Apesar das dificuldades estruturais, o sector industrial atravessava, em 1881, uma boa fase. Desde meados da década anterior, que se estavam a construir fábricas modernas, especialmente no algodão. Em 1852 tinham existido apenas 70 máquinas de vapor, com uma potência global de 938 cv; em 1881 eram 328 e a sua potência subira para 7025 cv. Alguma coisa estava a mudar.

Dependente do mercado interno, a indústria partilhava, em grande medida, os destinos agrícolas. Quando os camponeses enriqueciam, compravam tecidos, sapatos e pás; quando havia crise no mundo rural, tudo oscilava. Durante os anos doirados, entre 1873 e 1876, o dinheiro abundou, multiplicando-se as oficinas e as fábricas. Por um lado, o envio da poupança dos emigrantes, impedida de sair do Brasil durante alguns anos, voltara a trazer a abundância; por outro, verificara-se um acréscimo notável na exportação de vinhos para França, onde grassava a filoxera. Foi então que verdadeiramente surgiu um sector fabril em Portugal.

E, no entanto, quando visto numa perspectiva comparativa, quão atrasado se mantinha o País. Um outro membro do inquérito, Augusto Malheiro Dias, escrevia desalentadamente: «Levam-nos um grande avanço as nações industriais, tocaram quase a meta, quando nós principiámos ainda a caminhar. Esforços e energias de que valem, se os passos que nós damos para diante são sempre fartamente compensados por outros mais largos e mais rápidos que elas dão no mesmo sentido?» Outra coisa não sentia o sapa-teiro Manuel Gomes da Silva quando dizia, no mesmo inquérito: «Nós caminhamos sempre na rectaguarda de todos, somos pequenos e fracos, e por isso com dificuldade podemos competir.» Toda a gente sentia que, apesar dos esforços, Portugal não estava a acompanhar os progressos europeus.

Se, em 1881, perguntássemos a um português qual a maior fábrica do País, a resposta seria provavelmente a de que a honra cabia à Fábrica de Tabacos, a Xabregas. Esta fábrica, que pertencera ao antigo contrato dos tabacos, acabava de se fundir com outra, a *Lisbonense*, formando ambas a Companhia Nacional de Tabacos. A fábrica de Xabregas tinha ainda uma subsidiária no Porto. Na de Lisboa trabalhavam 800 operários, na do Porto, 200. O capital fixo era de 260 contos, o circulante de 1100 contos, montantes excepcionais. A empresa importava tabaco dos EUA, Cuba, Java e Brasil, transformando-o depois em charutos, cigarros, cigarrilhas, folha picada, rapé e tabaco em pó. O trabalho era quase todo feito à mão: só o picar e o moer exigiam alguma força motriz. Possuía 4 caldeiras de vapor com uma força de 25 cv cada e 2 máquinas de vapor com uma força conjunta de 60 cv. Anexas à fábrica, e para lhe darem apoio, podiam ver-se uma carpintaria e uma serralharia, também com máquinas movidas a vapor.

Se, de novo, o interrogássemos sobre os proprietários deste importante estabelecimento, a resposta talvez não surgisse tão facilmente. Não era, na realidade, simples indicar a quem pertencia a fábrica de Xabregas nem a de Santa Apolónia, sua associada. Na sessão de 20 de Outubro de 1881, apareceram, para depor em seu nome, Francisco Isidoro Viana, representando a casa bancária Fonseca, Santos e Viana, e Isidoro da Costa Azevedo, em representação da Azevedo e Irmão, além de Francisco Ribeiro da Cunha e de João Ulrich. A fábrica tinha ainda um director, um subdirector e quatro mestres, quase todos estrangeiros (o subdirector era francês, um dos mestres da folha picada inglês e um dos mestres de charutos alemão).

Francisco Isidoro Viana há muito que se dedicava ao fabrico e comércio de tabacos. Nascera em 1821, numa família próspera, mas fora o seu casamento com Capitolina da Silveira, filha do grande armador e comerciante da praça de Lisboa, José Nunes da Silveira, que lhe permitiu lançar as bases da enorme fortuna que acumulou. Na década de 1830 passara a ocupar-se dos negócios do sogro, mantendo-se sempre ligado à banca e ao monopólio dos tabacos; em 1860 fundava a casa Fonseca, Santos e Viana. Vejamos quem eram os seus sócios. Carlos dos Santos Silva, filho do 1.º barão de Santos, nascera no Porto, em 1828, e emigrara para o Brasil com 18 anos, para trabalhar com um tio. Após ter casado com a filha de um grande banqueiro do Pará, regressara a Portugal, associando-se então a Francisco Isidoro e aos irmãos FONSECAS, também ligados ao Brasil. Um destes irmãos, vulgarmente conhecidos pelos Monte-Cristos, viria a casar com uma filha de Francisco Isidoro, assim solidificando os laços do grupo. Sobre os irmãos FONSECAS corriam as coisas mais fantasiosas, reveladoras da sua espectacular fortuna: um deles, dizia-se, comia em baixelas de prata renascentista, bebia em taças de ouro e fazia-se conduzir em caleches reais; outro, instalara-se, com pompa e circunstância, no Palácio Palmela, ao Calhariz, tendo, pouco depois, comprado, em Sintra, a Quinta do Relógio, além do Palácio da Mitra, à Junqueira, tudo edifícios sumptuosíssimos. A casa bancária FONSECAS, Santos e Viana manteria sempre relações íntimas com o Tesouro, através não só do contrato do tabaco, mas também dos empréstimos que foi fazendo ao Estado.

A fábrica de Santa Apolónia era semelhante à de Xabregas, em dimensão e produção. Fora fundada em 1865, logo após a liberalização do sector, por José Maria Eugénio de Almeida e José Paulo Cordeiro. O pessoal técnico superior consistia num engenheiro inglês, num mestre de charutos alemão e num mestre de rapé, supõe-se que português, uma vez que se não indica a sua nacionalidade. Filho de um antigo contratador de tabacos do tempo de D. Miguel (o célebre João Paulo Cordeiro que oferecera ao infante um canhão durante o cerco do Porto), João Paulo Cordeiro tinha fundado uma fábrica de rapé no Brasil, onde se refugiara, arruinado, depois das aventuras paternas. Em 1855, já rico, voltara ao País, tendo-se associado, pouco tempo depois, a José Maria Eugénio, que também estivera ligado, entre 1844 e 1856, a um contrato dos tabacos. A nova fábrica deve ter sido sobretudo obra de João Paulo Cordeiro, activamente empenhado nos seus destinos até ao fim da vida. Em 1881, quando a comissão a visitou, José Maria Eugénio, que entretanto se tornara um dos mais ricos lavradores portugueses, já tinha morrido.

Havia ainda seis fábricas tabaqueiras em Lisboa, oito no Porto e uma em Ponta Delgada. Em Lisboa, as fábricas Regalia e a de Santa Justa tinham cerca de 200 operários; as restantes empregavam apenas algumas dezenas de trabalhadores. No Porto, quatro empregavam mais de 100 operários — a Nacional, a Fidelidade, a Portuense e a Lealdade. A fábrica de Ponta Delgada, que pertencia a José Bensaúde, empregava 154 operários. Os donos destas fábricas tinham pensado enriquecer rapidamente, mas muitos verificavam agora não lhes ser possível lutar com o grupo de Xabregas, com dinheiro e conhecimentos infinitamente superiores aos seus. De facto, a Companhia Nacional dos Tabacos não tardaria a expulsá-los do mercado.

O sector dos tabacos fora sempre especial. Até 1865, era um monopólio estatal, periodicamente arrendado pela Coroa a particulares. Num país em que ser industrial era uma aventura arriscada, os tabacos eram o negócio

ideal. Com o contrato nas mãos, os capitalistas sabiam que poderiam dormir descansados sem que as leis do mercado os arruinassem. Não admira, por conseguinte, que os tabacos tivessem estado, como estiveram, na origem de inúmeros incidentes: cada vez que se falava da renovação do contrato havia uma crise ministerial; na imprensa, os artigos tornavam-se insultuosos; nos gabinetes dobravam as conspirações; nas ruas, os comícios adquiriam um tom excitado. Os preteridos nunca se cansaram de pensar que chegaria a sua vez. Enganaram-se: os nomes ligados aos tabacos mudaram muito pouco. Em 1864, em maré de reformas, o governo do duque de Loulé resolveu liberalizar o sector. A opinião pública, que odiava os vexames da fiscalização quase tanto quanto as fortunas nele acumuladas, recebeu bem o projecto de Lobo d'Ávila. O Parlamento aprovou-o, entre discursos inflamados, como sinal de que o País se libertava, por fim, de uma opressão medieval. Foi então que se montaram as primeiras fábricas privadas, mantendo-se muitas ainda em laboração, em 1881.

Os tabacos podiam gabar-se de possuir as maiores fábricas e de a sua produção ser a mais valiosa, mas era no têxtil, e em especial no algodão, que encontraríamos verdadeiras fábricas. De facto, foi aqui que a mecanização inicialmente se instalou: dos 7000 cv existentes no País, 36% encontravam-se em fábricas algodoeiras. Nada se comparava à Lisbonense, com os seus 15 700 fusos, à Fiação de Tomar, com os seus 12 000, ou à estampania dos Grahams, com os seus 400 cv. Também em Portugal foi esta fibra exótica que originou a grande indústria¹¹. Em 1881, o sector algodoeiro estava em expansão. Os 50 600 fusos de 1873 haviam subido para 108 000¹². A maior fábrica do sector era a Lisbonense, que pertencia a uma empresa muito antiga. Conforme se indica no relato que a direcção elaborou para a Exposição Industrial de 1888, fora criada em 1838, por «um grupo de negociantes de Lisboa», em que se destacavam José Machado e José Soares de Faria, e por um antigo fabricante, António Pereira Guimarães, o único a permanecer na direcção. A fábrica levou anos a montar. No princípio de 1840, com a fiação a funcionar, mal, num edifício alugado, os accionistas teriam começado a reclamar em coro: «Vapor! Vapor! Máquinas a Vapor!», pedido que a direcção satisfará, com evidente alegria, numa bela manhã de Agosto de 1840: a bordo do *Sol de Austerlitz* entrava pelo Tejo uma das primeiras máquinas de vapor a aparecer no País. Alguns anos depois, insatisfeitos com o velho casarão de Xabregas, os directores decidiram mandar construir um edifício próprio, para o que compraram, ao conde da Ponte, uma quinta, a Santo Amaro. A 4 de Abril de 1849 começava a funcionar a nova fábrica, onde se instalou uma máquina de vapor, com uma potência de 90 cv: só por si, constituía 10 % de toda a energia de vapor existente no País.

Infelizmente, não conseguimos obter elementos biográficos sobre os fundadores desta empresa, à qual se teria associado António Augusto de Aguiar. Apenas dispomos de alguns dados sobre a sua história. Depois de um período difícil, durante os anos da guerra civil nos EUA, a Lisbonense retomou a sua produção em pleno, atravessando, na década de 1870, uma fase florescente. Em 1881, o seu capital era de 1000 contos, dividido por várias centenas de accionistas, onde sobressaíam os Pereira Caldas e os Palmeirim.

¹¹ Naturalmente, quando comparadas com as suas congéneres europeias, as fábricas portuguesas eram ridiculamente pequenas: na década de 1880, a média de fusos por empresa, em Inglaterra, era de 28 500; em Portugal, de 8300.

¹² Depoimento de H. Taveira, *Inquérito Industrial de 1881*.

Empregava 850 operários, que se dedicavam ao fabrico de fios crus e várias espécies de tecidos — sarjas, toalhas, colchas, chitas, gangas, riscados, etc. A tecelagem era feita em Santo Amaro, a tinturaria numa fábrica em Olho de Boi (Almada) e a fiação em ambas. A potência dos motores instalados em Santo Amaro totalizava 300 cv. Possuía 15 700 fusos e 387 teares mecânicos. Era administrada por seis directores, encabeçados, há muito, por Isidoro Moura de Carvalho, visconde de Carriche¹³.

A especialidade têxtil lisboeta era a estamparia, um sector vivendo docemente à sombra de altíssimas pautas alfandegárias. Em 1881 existiam 12 estamparias, com uma média de 70 operários. A maior, com 160, era a Pinto e Companhia, mas a mais bem equipada era a Fábrica de Braço de Prata, que possuía a maior concentração de energia do País. Esta estamparia pertencia a uma família luso-britânica, os Grahams, instalados em Portugal desde 1810. Foi após a assinatura do tratado de comércio que William Graham, um industrial escocês, decidiu mandar para Portugal um dos seus filhos, para vender os tecidos de lã que fabricava. O negócio correu tão bem que, em breve, outro filho lhe seguia as pisadas, passando ambos, em 1826, a dedicar-se também ao comércio de vinhos. Seguiam a receita clássica: Portugal exportava vinhos para Inglaterra e de lá importava panos. Na década de 1870, sempre atentos às oportunidades, os descendentes montaram uma estamparia em Braço de Prata. A fábrica possuía 41 máquinas de vapor, com uma potência de 10 cv cada. Os Grahams tinham ali investido 400 contos, declarando-se satisfeitos com os resultados, o que não admira, dados os elevados direitos que os protegiam.

A tecelagem fazia-se sobretudo no Porto. Em 1881, Oliveira Martins calculou existirem cerca de 30 000 tecelões manuais, a maioria produzindo por conta dos comerciantes de panos. A unidade típica era a pequena oficina, articulada com a produção doméstica, como sucedia com a fábrica de Asneiros, de António Pereira de Magalhães, o industrial têxtil mais conhecido do Norte. Em 1881, este industrial, que ao longo dos anos pacientemente inundou os jornais com artigos inflamados contra os livre-cambistas, possuía uma fábrica, herdada do pai, onde empregava 160 operários; dava ainda fio a tecer fora, a mais de 850 tecelões. No Porto também existiam algumas unidades modernas, de que um bom exemplo era a próspera fábrica de Salgueiros, propriedade de uma parceria comercial, organizada em 1873 por 20 sócios, entre os quais se destacavam Henrique Kendall e Sousa Cirne. Esta fábrica possuía uma força de 280 cv, fornecidos pelo «mais belo exemplar de máquinas de vapor do distrito, e porventura até do Reino», uma *Farcot* que fez as delícias de Oliveira Martins. O louvor que a comissão oficial entendeu fazer à administração desta fábrica, onde trabalhavam 363 operários, exprime bem o entusiasmo de quem estava farto de ver disparates. Eis, por fim, uma empresa onde tudo era «novo, sólido, bem e economicamente construído». Previsivelmente, era a unidade mais eficiente do distrito: produzia 181 g de fio por fuso, enquanto a de Asneiros, por exemplo, não ultrapassava os 75 g. Algumas destas fábricas eram dirigidas pelos donos (Asneiros e Devezas), outras por gerentes (Salgueiros, Retorta e Montebelo). A maior parte não tinha mais do que «uma educação prática», variando, no entanto, a sua competência. Em Crestuma, o mestre geral, que frequentara o Insti-

¹³ Na capital, existia outra fiação importante, a de Xabregas, fundada em 1858. Nela trabalhavam, em 1881, 191 operários. Os seus directores eram Joaquim Moreira Marques e Teodoro Ferreira Lima, sobre quem nada aparece nas enciclopédias ou na imprensa.

tuto Industrial do Porto, era «um homem ainda moço e inteligente bastante para reconhecer todos os defeitos da fábrica e desejar remediá-los». O dono das Devezas era um italiano, que trabalhara como fabricante de sedas antes de ter comprado a fábrica. Depois de ter tido à sua frente um engenheiro belga e um inglês, Salgueiros era agora dirigida por um português, José Carneiro da Silva, um industrial com raízes no sector.

Em Santo Tirso, no concelho de Vizela, erguia-se uma grande fiação, produzindo um terço de todo o fio fabricado no Norte. Infelizmente, os dados que sobre ela possuímos são escassos. Certamente receosos dos efeitos fiscais das visitas, os donos recusaram-se sempre a deixar entrar na fábrica fosse quem fosse ou a fornecer quaisquer indicações às comissões oficiais. Segundo constava, a empresa teria declarado possuir 18 200 fusos, mas era voz corrente dispor de 30 000. Montada por um grupo de negociantes do Porto em 1848, acumulara grandes lucros durante a década de 1860, quando os avultados *stocks* de algodão que possuía aumentaram espectacularmente de preço, devido à súbita escassez da matéria-prima. Independentemente deste benefício conjuntural, a fábrica gozava da vantagem de pagar salários ainda mais baixos do que os do Porto. Dos seus fundadores apenas sabemos o nome de um, António José Cabral, originariamente dono de uma pequena oficina têxtil. Em 1881, a fábrica era dirigida pelo seu neto Diogo, depois conde de Vizela.

No centro do País, sobre o rio Nabão, erguia-se a Real Fábrica de Fiação de Tomar, propriedade da companhia com o mesmo nome. A oficina inicial fora fundada por dois comerciantes de Lisboa, os luso-franceses Timoteo Verdier e Jácome Ratton, nos finais do século XVIII. Os dois capitalistas não tardaram a zangar-se, tendo Ratton acabado por abandonar a empresa. Verdier seria obrigado a deixar o País, na sequência das invasões francesas, mantendo-se a fábrica parada durante um longo período. Durante décadas, Verdier gastou todas as suas energias a tentar, sem êxito, desalojar um sócio indesejado, Domingos Gomes Loureiro, que havia trocado os seus negócios com o Brasil e a África pelo investimento no têxtil. Morreria sem que o assunto se resolvesse, mantendo-se a empresa semi-paralisada. Tudo piorou em 1865, sendo os proprietários forçados a hipotecar a fábrica ao Banco de Portugal; dois anos depois suspendiam toda a actividade e em 1873 a fábrica ia à praça. Foi nesse momento que um jovem enérgico, Henrique Taveira, conseguiu obter, em Lisboa e no Porto, o capital suficiente para a sua aquisição. Formou a Companhia da Real Fábrica de Fiação de Tomar, com um capital inicial de 228 contos, do qual um quarto lhe pertencia. Contudo, as atribulações não tinham terminado. Seguiram-se anos confusos, com uma guerra violenta entre dois grupos de accionistas, um deles liderado por Taveira e seu pai, Simão José Pereira, o outro por Silva Amado, Eugénio Leitão e Delfim Guimarães. O conflito terminaria, em 1879, com a vitória dos segundos. Os problemas de gestão continuaram, agora ao nível das oficinas: os mestres estrangeiros vinham e partiam, a um ritmo indesejável. Tudo melhorou com o incêndio de 1883, quando a direcção foi forçada a comprar novos maquinismos e conseguiu estabilizar a gestão. A partir de então, a Real Fiação viveria momentos gloriosos. Uma grande empresa (empregava então 500 operários), a Fiação de Tomar, tornou-se a unidade algodoeira mais produtiva do País¹⁴.

¹⁴ Na Fiação de Tomar, a *ratio* operários/fusos era de 11/1000, enquanto na de Salgueiros era de 23/1000 e na Fiação Portuense de 24/1000.

Nascido em 1847, Henrique Taveira começou a trabalhar em Lamego, na oficina têxtil dos avós. Ainda jovem, fora viver para o Porto, onde arranhou um emprego como guarda-livros. Em 1865 foi para o escritório de um amigo do pai, o riquíssimo visconde Valmor, em Lisboa. Concluiu, por estes anos, os seus estudos comerciais, a que mais tarde acrescentaria o Instituto Industrial. As suas actividades passaram a desdobrar-se por vários empreendimentos industriais, quer como investidor, quer como gestor. Fascinado com as novas técnicas, em 1899 Taveira tentará criar uma fábrica de automóveis com o seu amigo Alfredo de Brito, uma aventura megalómana evidentemente destinada ao fracasso. Em 1909 regressava a Tomar, ajudado por José Rodrigues Simões, para se vingar de quem, há muitos anos, o tinha humilhado.

Filho de um negociante de Lisboa ligado à direcção da Lisbonense, Luís Eugénio Leitão conhecia bem o mundo do têxtil: iniciara a sua vida profissional ao lado do pai, no comércio de fazendas. O outro director, Delfim da Silva Guimarães, um dos accionistas mais importantes, nascera em Santo Tirso, em 1821, e emigrara muito novo para o Brasil. Em 1871, quando regressou do Maranhão, trazia consigo uma pequena fortuna: foi então que decidiu aplicar o dinheiro na fábrica de Tomar. O administrador menos previsível era J. Silva Amado, um médico que há muito havia abandonado a profissão pela carreira política. A sua vida pública impedi-lo-ia certamente de se deslocar, com frequência, à empresa, mas a esta não lhe era indiferente ter alguém perto do poder político.

Em Alcobaça, existia, desde 1878, uma fição e tecelagem de algodão, fundada por Joaquim Araújo Guimarães, um industrial natural do Minho que, depois de uma vida de trabalho no Brasil, optara por investir na indústria. Cedo se tornou um notável local: foi procurador à Junta Geral do Distrito e presidente da Câmara de Alcobaça. Apesar disso, mantinha um aspecto rústico, com uma cara marcada e um ar despretensioso, como se pode ver no retrato que, em 1888, o *Comércio e Indústria* publicou. O texto que acompanhava a fotografia salientava exactamente a sua faceta de trabalhador: «A paixão predominante de Araújo Guimarães é a do trabalho [...] A sua solidariedade e a antipatia natural a todos os requintes de luxo, o horror ao ócio, a sua impaciência em procurar emprego para a sua inesgotável actividade, são as evidentes provas de que, filho do trabalho, nele tem feito consistir toda a sua glória e a ele tem sempre dirigido a sua constante aspiração»¹⁵. Em 1881, a sua fábrica empregava 251 operários e utilizava uma turbina alemã com 120 cv, aguardando a instalação de outra máquina de vapor com 100 cv.

No Minho, onde o sector têxtil tinha raízes antigas, haviam surgido recentemente as primeiras fábricas. Perto de Fafe, junto à ribeira do Bugio, erguia-se uma fição, ainda em fase de instalação. Fundada em 1879, por José Florêncio Soares, tinha 6000 fusos e empregava 150 trabalhadores; era dirigida pelo técnico de Manchester que viera montar a maquinaria. Em Caneiros, na estrada entre Braga e Guimarães, existia uma fabriqueta que tecia o fio comprado ao Bugio. Parte do trabalho era feito na fábrica, por 70 operários, parte em teares a domicílio, que a empresa fornecia aos camponeses. Conforme se relata no *Inquérito*, em várias destas empresas era notório o papel do dinheiro trazido pelos emigrantes: «Os capitais valiosos adquiridos no Brasil e as estreitas relações que a emigração constante deste distrito

mantém com o império americano pressentem-se, mais ou menos, em todas estas indústrias, assim como essas mesmas circunstâncias ali animam a actividade agrícola e o alto preço a que tem chegado a propriedade.» Apesar das novidades fabris, tem-se a impressão de que os negócios locais passavam, em grande parte, pelas mãos do comerciante de panos António da Costa Guimarães, que fornecia fio a um exército de tecedeiras que para ele trabalhavam em casa. Aliás, este comerciante viria, pouco depois, a fundar a sua própria empresa, a Fábrica do Castanheiro, onde introduziu os primeiros teares mecânicos da região.

Descrever o que se passava no sector dos lanifícios é um pouco mais complicado. Ramo têxtil muito antigo, nele coexistiam oficinas, fabriquetas e fábricas, estas últimas concentradas em Lisboa e nos arredores. Nesta região existiam 6 fábricas: a do conde de Daupias, com 700 operários, a de José Diogo da Silva, com 594, a da Arrentela, com 420, a de António José Teixeira, com 203, a de Januário Martins, com 165, e a do Campo Grande, com 152. A mais bem equipada era a do Campo Grande, a mais antiga a do conde de Daupias, vulgarmente conhecida pela «Fábrica do Ratão», corruptela do apelido da família proprietária. Sobre a primeira nada se sabe; sobre a segunda dispomos de alguns elementos.

Pedro Daupias descendia, pelo lado materno, de Jácome Ratton, um grande negociante francês que se naturalizara português nos finais do século XVIII. Além dos investimentos que fizera na agricultura (era dono do extenso Sapal de Pancas, no Ribatejo, depois vendido ao grande proprietário agrícola José Maria dos Santos), Ratton, tinha investido em vários empreendimentos industriais: no papel, na estampania, na chapelaria, na fiação do algodão. Em 1802 fora mesmo feito cavaleiro da Casa Real, «em consideração a haver introduzido no Reino o importante método de cardar e fiar algodão por mecanismos movidos a água». O seu neto Bernardo Daupias, depois visconde de Alcochete, manter-se-ia à frente das enormes propriedades agrícolas da família, montando, em 1839, esta fábrica de lanifícios. Embora há muito radicadas em Portugal, as famílias Ratton e Daupias, com múltiplos casamentos entre si, conservaram sempre raízes profundas no país de origem.

O bisneto, Pedro Daupias, nascera em 1818, em França, onde viveu até ao fim dos estudos secundários. Uma vez em Lisboa, celebrou-se pela sua espectacular vida social. As festas de máscaras que dava no seu palácio, ao Calvário, eram pormenorizadamente comentadas nos jornais, as suas estadas em Paris descritas com inveja, os concertos, onde um quarteto privativo tocava Mozart e Beethoven, causavam a admiração da *élite* nacional, os jantares que o seu cozinheiro confeccionava eram motivo de infundáveis conversas, para não falar já da forma como foi recebida a notícia de que a sua galeria de quadros, onde figuravam Velazquez, Courbet e Millet, fora objecto de uma menção no *Times*¹⁶. Apesar dos seus afazeres mundanos, Pedro Daupias ocupava-se com gosto da gestão da fábrica. Consta que percorria diariamente as oficinas, parando para falar com mestres e trabalhadores, e que pintava ele próprio os desenhos das casimiras que a sua empresa fabricava. Embora não tivesse o dinamismo das mais recentes, a fábrica Daupias tinha uma clientela fiel que consumia os grosseiros panos que fabricava. Com uma potência a vapor por operário menor do que a do Campo Grande, dispunha, no entanto, de três máquinas de 100 cv cada, de 2000 fusos, de

¹⁶ *Memórias do Professor Thomaz de Mello Breyner, 4.º conde de Mafra*, Lisboa, 1934.

36 teares mecânicos e de 30 manuais. Em 1892, depois da morte de sua mulher, Daupias viu-se envolvido num longo processo de partilhas que terminou mal. Em 1900, arruinado, depois de ter entregue a direcção da fábrica a um gestor, suicidava-se, no seu gabinete, com um tiro de revólver. O enterro foi uma impressionante manifestação de pesar. A própria Associação de Classe dos Manufactores de Tecidos quis participar, tendo pedido aos familiares, entre os quais se encontrava Burnay, que autorizasse os operários a conduzir a urna para o cemitério. Em Alcântara, a sua morte foi chorada durante dias.

Nos arredores de Lisboa tinham-se entretanto construído algumas fábricas, em Arrentela, Oeiras e, um pouco acima, em Alenquer. A maior era a de Oeiras, que pertencia a José Diogo da Silva. Fundada em 1864, empregava agora 590 operários. O proprietário era um antigo tecelão, que havia montado esta fábrica com base numa pequena oficina local. Auxiliado por um mestre geral, francês, e depois por outros, também estrangeiros, José Diogo da Silva mantinha-se à frente da empresa quando a comissão a visitou. Tudo parecia correr bem, embora se saiba que posteriormente este industrial teve problemas de gestão. Forçado a despedir o mestre-geral, com quem tivera uma zanga, viu-se perante uma crise grave, com a qualidade dos seus produtos a decair. Em 1890 continuava sem encontrar quem lhe dirigisse as oficinas, declarando que iria entregar a gestão ao filho, pois estava farto de aturar pessoal incompetente: em Portugal, dizia, não existiam mestres capazes e os que mandava vir do estrangeiro, pagos a preço de oiro, uma vez no País, verificava-se que não serviam.

Sobre os proprietários da fábrica da Arrentela (Seixal) sabe-se pouco. A fábrica fora instalada num local onde em tempos existira um grande lavadouro de lãs, dirigido por um francês, André Durrieu. Depois, em 1831, o Governo de D. Miguel montara uma fábrica de mantas para o Exército, tendo os terrenos sido vendidos mais tarde a João Rodrigues Blanco, que decidiu instalar uma estampania. Em 1855, Júlio Aulete formava uma parceria comercial para produzir tecidos de lã, entrando, alguns anos depois, para administrador Manuel Igreja (ou Iglésias?), que deu um grande impulso à fábrica. Em 1881, a fábrica era administrada por Pedro Blanco, certamente da família de um dos fundadores, Pego Júnior e M. Iglésias, que se supõe pertencer à família do outro proprietário. O capital da sociedade subira para 400 contos, a energia a vapor para 208 cv, o número de fusos para 3970, o de teares mecânicos para 75 e o de manuais para 25. Os processos de fabrico eram, segundo as informações fornecidas pelo administrador, os «mais modernos». A empresa empregava então 420 operários. Mais uma vez, todo o pessoal técnico (engenheiro, tintureiro, acabador, mestre de carda e desenhista) era estrangeiro. O administrador declarou ser «próspera» a situação da fábrica, embora acrescentasse não serem, no sector, os lucros elevados, devido à enorme concorrência interna.

Mais antiga era a Companhia de Lanifícios de Alenquer, criada, em 1839, por P. Lafaurie. Em 1874, o conde de Burnay havia tomado conta da empresa, tendo entregue a gestão a seu tio Constantin. Hipotecada ao Banco Lusitano, a empresa seria posteriormente vendida a uma companhia, dirigida pelo visconde da Macieira e por José Correia Loureiro. Segundo informava a *Carteira Biográfica*, em 1885, Henrique Eugénio Macieira era um «capitalista e negociante de grosso trato da praça de Lisboa», director de empresas tão importantes quanto a Aliança Fabril, o Caminho de Ferro da Beira Baixa e o Banco Lusitano; de José Correia Loureiro nada se sabe. Ali

perto, na Romeira, existia ainda outra fábrica, que pertencia a Francisco José Lopes. Fora fundada em 1871 e empregava agora 181 operários.

No Porto existiam 3 fábricas de lanifícios, as de Lordelo, de Padronelo e de Vale da Piedade, com 238, 130 e 80 operários. A comissão comentou pormenorizadamente o estado destas fábricas. Não eram apenas os problemas levantados pela inadequação dos maquinismos que inquietaram a comissão, mas questões relacionadas com a gestão. A fábrica de Vale de Piedade era dirigida, de longe, por um administrador que nada percebia de lãs; a de Padronelo, por um antigo comerciante de panos, igualmente desconhecedor do ofício, embora a comissão o tivesse achado «dotado de uma inteligência viva e de um grande desejo de aprender». Só no Lordelo existia um gestor razoavelmente competente, um antigo fabricante de seda que, após ter aprendido o ofício com um francês e frequentado o Instituto Industrial do Porto, exercera funções directivas em várias fábricas têxteis, na Covilhã e em Arrentela.

Não admira que a produtividade das empresas fosse muito diferente: enquanto no Lordelo cada fuso produzia semanalmente 787 g de fio, na do Vale da Piedade a média baixava para 606 g e, na pior de todas, em Vale da Piedade, para 480 g. Mal equipadas, as fábricas do Porto eram também pessimamente dirigidas.

Tradicionalmente, o centro produtor de lãs situava-se nas Beiras. Duplamente protegidas por pautas elevadas e pela distância, a Covilhã e Portalegre haviam-se habituado a produzir segundo técnicas ancestrais. Quando o sector adoptou o vapor e começou a importar lã do estrangeiro, o isolamento passou a constituir um obstáculo sério. Em 1881, muitas destas fábricas encontravam-se à beira da ruína. Um exemplo de decadência extrema é-nos dado pela Companhia de Lanifícios de Portalegre, uma empresa antiga, na posse da família Larcher desde a revolução de 1820 e agora administrada pelos credores. Em meados de Oitocentos empregara 370 operários; em 1881 estava reduzida a menos de metade, queixando-se o gerente de que não tinha quem lhe comprasse os panos, o que atribuía à concorrência da Arrentela. Como declarava, «as vendas só se fazem à custa de muitos rogos, de muita humildade mesmo e sobretudo de muitos sacrifícios». Perdidas entre as montanhas, incapazes de inovar, estas empresas manter-se-iam em estado de prolongada estagnação.

No distrito da Guarda, o inquérito registou a existência de 41 unidades, a maior parte de pequena dimensão. Com mais de 100 operários, apenas duas, as dos irmãos Lopes da Costa. A de António Augusto, fundada em 1876, era a maior. A comissão louvou a determinação deste *self-made man* beirão, com o prazer de quem o sabia um exemplar raro. Na sua opinião, o empresário de Moimenta da Serra demonstrava o que «um espírito audacioso, pertinaz, infatigável, com verdadeiro amor ao trabalho» podia conseguir. A conversa entre a comissão oficial e o industrial deve ter decorrido em ambiente particularmente ameno, confidenciando o último que, tendo nascido e vivido toda a vida entre montanhas, nunca pudera obter a instrução que ele julgava necessária para o exercício da profissão, coisa com que certamente os representantes oficiais não deixaram de concordar, embora o caso em questão provasse exactamente o contrário.

Na Covilhã foram inventariadas 73 «fábricas», com um total de apenas 2715 operários. Tal como as da Guarda, eram pequeníssimas oficinas, cardando ou fiando a lã dos arredores. Durante o Verão, estas oficinas primitivas, movidas a energia hidráulica, eram obrigadas a numerosas interrup-

ções, pois a água era necessária para a agricultura¹⁷. Poucos industriais se arriscavam a fazer inovações, especialmente depois de a moderna fábrica, instalada perto da aldeia do Carvalho, ter suspenso a laboração, por não poder suportar os custos com o carvão. Com mais de 100 operários, apenas existiam 4, a Companhia Nacional de Lanifícios, a Fábrica Mendes Veiga, a Fábrica Campos Melo e a de Custódio e Silva. Um dos nomes mais prestigiados da região era o dos Campos Melo, uma família que se havia destacado, durante as guerras civis, pelo apoio dado à causa liberal. A fábrica fora fundada em 1842, ficando a direcção comercial a cargo dos dois irmãos, enquanto um terceiro sócio, Manuel Nunes Gerales, permanecia à frente das oficinas. Em 1881, esta empresa empregava 460 operários.

A fábrica mais antiga era a de Mendes Veiga, fundada cem anos antes. A empresa crescera durante as guerras civis, quando fornecera panos para o Exército liberal. Fora aqui que se instalara a primeira máquina de vapor da Covilhã, trazida por um mestre, fascinado pela tecnologia que conheceria no exílio. Em 1881, a empresa, que dava trabalho a 400 pessoas, havia mudado de dono. Por morte do velho José Mendes Veiga, passara para um sobrinho, que morreu sem deixar família, e que a legou a Cândido Augusto Calheiros, proprietário de outras oficinas de lã. De uma família aristocrática, embora arruinada, Calheiros transformar-se-ia num poderoso cacique progressista, tendo sido durante vários anos presidente da Câmara da Covilhã. Além dos seus interesses na indústria, dirigia também o Banco da Covilhã. Feito primeiro conde do Refúgio, receberia em 1898 o título de conde da Covilhã e em 1891 veria consagrado o seu prestígio ao receber, no recém-comprado Palácio do Refúgio, a visita do rei D. Carlos, quando este ali se deslocou para inaugurar o Caminho-de-Ferro da Beira Baixa. Em 1904, quando morreu, o seu enterro, encabeçado pelo bispo da Guarda e por 65 padres, foi um acontecimento solene. Resta falar de Castanheira de Pêra, uma vila isolada no centro do País, onde se tinham concentrado algumas oficinas de lã. Na fábrica de Alves Bebianio trabalhavam 500 operários. Era, de longe, a maior, com os seus 16 100 fusos, 40 teares mecânicos e outros tantos manuais.

Em Torres Novas existia, desde 1845, uma fábrica de linho. De fibra curta, o linho português era de qualidade inferior, pelo que a empresa se vira forçada a importar toda a matéria-prima da Rússia. O gerente relatou à comissão que tinha tentado que os camponeses da região desenvolvessem este cultivo, mas que aqueles se não tinham mostrado interessados, preferindo continuar a plantar vinha. A fábrica empregava 400 operários, produzindo panos de linho, toalhas, guardanapos, cotins, lonas e passadeiras de juta para o mercado nacional. Fundada por um grupo de capitalistas de Lisboa, anteriormente ligados à importação de produtos semelhantes, a fábrica fora dirigida, até 1873, por Romão da Silva Sales, um dos fundadores; depois, a gestão seria entregue a um familiar, após uma curta e infeliz experiência com um irlandês. A produção manter-se-á estacionária, tendo a empresa apresentado, por várias vezes, queixas de que não se conseguia expandir, dada a concorrência dos tecidos de algodão. Ali ao lado poderia ver-se ainda uma fábrica similar, embora mais pequena, que pertencia a João Rodrigues de Deus, um cacique regenerador, depois feito visconde de S. Gião.

¹⁷ A Covilhã apenas possuía 13 máquinas a vapor (com uma força de 202 cv). Funcionavam 22 175 fusos, 57 teares mecânicos e 802 manuais.

Sem matérias-primas, sem mercados, sem tradições industriais, o sector metalúrgico mantinha-se particularmente atrasado: a média de cavalos-vapor por fábrica era de apenas 22 cv. Em Portugal, quase todas as grandes obras, dos carris às pontes, dos navios às locomotivas, vieram do estrangeiro. O que mais escândalo causou na época foi a crescente importação de navios, num país que possuía um grande arsenal do Estado e tinha veleidades no campo da navegação. À semelhança do que estava a ocorrer em Espanha, houve quem defendesse que o reapetrechamento da frota constituía uma excelente oportunidade para se instalar em Portugal uma indústria de construção naval. Mas ao Estado não interessava comprar navios caros, frequentemente imperfeitos e sem prazos certos para entrega. Outra frente de luta, também perdida, foi a dos concursos públicos: sempre que o governo encomendava qualquer obra de vulto surgiam expectativas, logo desfeitas.

No meio das oficinas que, por essa província fora, iam trabalhando o ferro sobressaíam algumas fábricas, em Lisboa e no Porto. No entanto, das 11 unidades recenseadas na capital, só 3 tinham mais de 100 operários. A mais antiga fora criada, em 1809, por José Pedro Colares, um dos poucos industriais que tinham começado como operários. A oficina celebrizou-se pela qualidade dos seus aparelhos de destilação e desenvolveu-se. Na década de 1840, Colares fez uma sociedade com os filhos e empregados superiores; alargou então a gama dos seus produtos, começando a fabricar também moinhos para trigo, prensas para azeite, fogões e guindastes e ainda, novidade máxima, máquinas de vapor. Tinha encontrado um mercado em expansão e soubera aproveitá-lo. Em 1854, agora sob a direcção do filho mais velho, a fábrica empregava 140 operários. A introdução de novos processos de fabrico havia-lhe permitido reduzir substancialmente os preços dos produtos, continuando florescente. Em 1859 constituía-se uma nova sociedade, significativamente intitulada Perseverança, com dois dos quatro irmãos. Em 1881, a empresa, que dava trabalho a 240 operários, atravessava uma crise por ter investido dinheiro na compra de matéria-prima para a produção de uns canos destinados à iluminação a gás de Lisboa, projecto que se goraria, por o Governo ter decidido, à última hora, autorizar a Companhia do Gás a importar, livre de direitos, tudo o de que necessitasse. Disso mesmo se queixou José Pedro Colares Júnior, referindo que o percalço quase custara a vida da empresa. Mas a Perseverança era forte de mais para se afundar assim.

A fábrica mais recente era a Empresa Industrial Portuguesa, que pertencia ao conde de Burnay. Fora fundada em 1874, estando vocacionada para a construção de grandes obras. Não admira assim a posição tomada pelo seu administrador, João Burnay, perante a comissão, ao lamentar que os governos encomendassem no estrangeiro tudo o que precisavam. Deu mesmo como exemplo as pontes para a viação distrital e os barcos de vapor para as colónias, obras que, na sua opinião, poderiam perfeitamente ter sido feitas na EIP, em vez de serem importadas¹⁸. Em 1881, a empresa ocupava 200 operários, número que subiria rapidamente nos anos seguintes. Todo o pessoal técnico era estrangeiro. De fora, da Escócia e da Bélgica, lhe vinha igualmente o ferro com que trabalhava. Embora a gestão da fábrica estivesse entregue a João Burnay (acompanhado por Maurício Oliveira Mar-

¹⁸ No final do seu depoimento, João Burnay acusou o governo de corrupção, insinuando que havia indivíduos a ganhar indevidamente dinheiro com estas importações, tendo a comissão sido forçada a adverti-lo de que aquele tipo de comentários não era adequado.

tins, irmão do escritor), o conde não deixava de intervir sempre que lhe parecia conveniente. No sector dos pregos mecânicos, um ramo próspero, destacava-se a H. Shalck, com 130 operários; uma empresa antiga, era agora dirigida pelo filho do fundador, Fernando Schalck. Mais bem equipada era a fábrica de Joaquim Antunes dos Santos: os seus 75 operários produziam quase o dobro da rival. Existiam ainda várias fábricas de móveis de ferro, de média dimensão.

No Porto havia 9 fundições de ferro. O sector era dominado pelas duas maiores, as de Massarelos e a Fundição do Oiro, que empregavam dois terços da mão-de-obra e utilizavam metade da força motriz. Pouco se sabe sobre a fábrica de Massarelos, propriedade de uma companhia, excepto que ali trabalhavam 220 operários, sob a supervisão de um engenheiro inglês. A Fundição do Oiro, com 145 operários, era dirigida pelo proprietário, Luís de Sousa Cruz, ex-administrador da Fundição do Bicalho. A produção de ambas era muito diversificada: fabricavam desde máquinas de vapor até obras artísticas. Por exemplo, o romântico *atelier* fotográfico que Carlos Relvas mandara instalar na sua quinta da Golegã era obra da Fundição do Oiro. A administração não parece ter sido famosa. O caso mais patético era o da Fundição do Bolhão: depois de dezenas de experiências, continuava a fazer tachos que pesavam mais 400 g do que os importados. Sempre que os fundidores os tentavam fazer mais leves, estalavam!

O leitor está certamente cansado de fábricas, fumos e fuligem. Tentarei ser breve no final desta ronda. Na Marinha Grande erguia-se, soberanamente solitária, a Real Fábrica de Vidros, onde trabalhavam 700 operários. Nascera grande, mantendo-se muito semelhante ao que era anos antes. Criada por iniciativa do marquês de Pombal, aquando da reconstrução de Lisboa, a empresa fora entregue a dois irmãos ingleses, os Stephens, passando depois da morte do mais novo, em 1827, para as mãos do Estado. Este logo decidiu arrendá-la, mas durante vários anos não surgiram interessados. Depois do fim do contrato do conde de Farrobo, em 1847, seguiram-se gestões acidentadas, até que, em 1864, passou para as mãos dos viscondes de Azarujinha e da Graça. O trabalho do vidro continuou a ser feito segundo os velhos métodos artesanais. A fábrica só utilizava uma máquina de vapor, com uma potência de 14 cv, destinada a fornecer movimento aos engenhos dos lapidários. A matéria-prima era fundida em fornos alimentados a lenha, retirada gratuitamente do Pinhal de Leiria. Existiam ainda uma meia dúzia de oficinas de vidro, mas não faziam qualquer concorrência a este gigante, desde sempre protegido pelo Estado. Dos dois arrendatários, apenas estava vivo o visconde da Azarujinha, António Dias de Freitas. O seu sócio, Jorge Croft (visconde da Graça), um inglês que se havia casado com a filha de um abastado proprietário da ilha da Madeira, morrera alguns anos antes. Filho de um grande comerciante de Lisboa, Azarujinha geria, de longe, os negócios da Marinha Grande. Além desta empresa, tinha outros assuntos com que se ocupar, desde propriedades no Alentejo a uma carreira política. Deputado pelo Partido Regenerador, seria eleito par do Reino em 1882 e, mais tarde, vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Na chapelaria, um sector tradicional com pergaminhos, estavam a ocorrer algumas alterações. Na capital existia uma fábrica antiga, especializada em chapéus de seda e feltro, a Chapelaria de Agostinho Roxo. Morto há pouco tempo o proprietário, filho e neto de chapeleiros, a empresa era administrada pela viúva. A fábrica atravessava uma severa crise: ainda mantinha os seus 128 operários, cuidadosamente fabricando os chapéus que haviam

estado na base da sua fama, mas não tardaria a fechar as portas, morta pela concorrência. De facto, no Norte tinham-se erguido duas empresas modernas, com capacidade para fabricar chapéus a preços inferiores. Tanto a Real e Imperial Chapelaria a Vapor, que pertencia a uma empresa familiar, a firma Costa Braga e Filhos, como a Real Fábrica Social, da firma Gonçalves e Filhos, estavam muito bem equipadas: a primeira possuía máquinas de vapor com uma energia global de 107 cv, a segunda 77 cv. Um pouco acima, em Braga, existia uma outra fábrica de chapéus, desta vez de lã, do tipo dos chapéus usados pelos camponeses. Fora montada por José da Silva Taxa, um *self-made man* que, depois de aprender o ofício, conseguira, com a ajuda do sogro, arranjar o capital necessário para se estabelecer. Em 1881 empregava 50 homens, número que cresceria nos anos seguintes.

Na cerâmica, abundavam as oficinas de loiça e de tijolos, todas muito pequenas. Havia excepções, como a Vista Alegre, na porcelana. Esta fábrica fora fundada, em 1824, por José Ferreira Pinto Basto, o patriarca de uma família riquíssima, com interesses na agricultura, no comércio de vinhos e no contrato dos tabacos. Em 1881, a fábrica, que tinha 179 operários, era administrada por um dos netos, Duarte Ferreira Pinto. O trabalho era quase todo manual; apenas utilizava uma máquina de vapor, de 14 cv, para moer as matérias-primas. Os serviços de loiça pintados à mão, feitos frequentemente por encomenda, tinham uma venda assegurada: o valor da produção tinha passado de 21 contos, em 1860, para 50, em 1880. Além deste investimento, os Pinto Basto estavam ligados a vários outros sectores industriais: Anselmo fora um dos fundadores da União Fabril, Joaquim tinha sido director da Lisbonense, Eugénio estivera ligado à Fundição do Bicalho e à Fiação de Tomar. Ricos, viajados e cultos, os Pinto Basto viviam em palácios, educavam os filhos em colégios ingleses e praticavam desportos chiques¹⁹. Além desta empresa, destacava-se, na faiança, a Fábrica de Sacavém, que pertencia a um inglês, e a das Devesas, no Porto, que fabricava telhas.

Junto dos rios, no meio dos campos, poder-se-iam ver ainda algumas fábricas de papel. Uma das mais antigas era a de Alenquer, fundada, em 1802, por um grupo de capitalistas, onde figuravam nomes importantes, como Quintela ou Sobral. Depois de um longo período de paralisação, a fábrica era explorada, em 1881, por uma companhia. Trabalhava com 2 rodas hidráulicas, uma de 50 cv e outra de 10 cv, e 2 máquinas de vapor, uma de 60 e outra de 10 cv. Empregava 125 operários e o seu administrador era um antigo operário, declarando o director da companhia estar bastante satisfeito com ele. A Fábrica da Abelheira, também antiga (fora fundada em 1840 pelo conde do Tojal), tinha passado para as mãos de um inglês, Astley Campbell. Aqui trabalhavam 170 operários, dirigidos por outro inglês, Robert Duff. No concelho de Albergaria poder-se-ia ver a Fábrica de Vale Maior, que pertencia a Henry Burnay, e, perto de Tomar, a Fábrica do Prado, que dava trabalho a 200 operários. No distrito de Braga existia uma empresa recente, que empregava 140 operários; infelizmente, sobre os seus proprietários desconhece-se tudo.

Como vimos, a esmagadora maioria dos produtos que a indústria nacional fabricava destinava-se ao consumo interno. Um sector existia, contudo, onde as esperanças de exportação cresciam: as cortiças. Sendo Portugal o maior produtor da matéria-prima, houve naturalmente quem pensasse ter

¹⁹ Ver a descrição do seu estilo de vida, in J. Forrester, *The Oliveira Prize Essay on Portugal*, 1853, e *Memórias do Professor Tomaz de Mello Breyner*, cit.

encontrado o ramo com base no qual Portugal se poderia afirmar. As primeiras oficinas de rolhas foram montadas por ingleses ligados ao comércio da cortiça. Assim sucedeu com a fábrica de Portalegre, que G. Robinson comprara ao seu compatriota Thomas Reynolds. Foi esta uma das poucas fábricas visitadas pela comissão que em 1881 percorreu o distrito. A impressão recolhida foi a de que atravessava uma fase de grande conforto, tendo o industrial sido louvado em termos inequívocos: «É agradável presenciar a boa ordem com que se executam todos os trabalhos e ver o aspecto sadio dos operários e o traje asseado e composto das mulheres, denotando este conjunto um estado de felicidade relativa [...] Consideramos digno de louvor o proprietário desta fábrica pelo bem-estar que proporciona aos seus operários e pelo que tem concorrido para o desenvolvimento da riqueza pública neste distrito». G. Robinson produzia 4000 sacas de rolhas por ano, que exportava integralmente para Inglaterra. Ali trabalhavam 560 operários. Em Évora poder-se-iam ver ainda algumas oficinas, mas, neste distrito, a poderosa casa comercial Soria, Villardebó e Companhia, especializada na exportação de cortiça em bruto, abafava quaisquer veleidades industriais. Seria mais a sul, no Algarve, que encontraríamos outra grande empresa, a Vilarinho e Sobrinho. Esta fábrica fora fundada, em 1870, por Salvador Gomes Vilarinho e pelo seu sobrinho Francisco Pereira Caldas. Este viera do Minho, onde nascera, para trabalhar com o tio, um grande comerciante da região, com cuja filha acabará por casar. Possuíam ainda uma fábrica de sabão e uma empresa de pesca do atum. Na fábrica de cortiça, em Silves, trabalhavam cerca de 500 operários, dando a empresa rolhas a fazer a domicílio a 1000 trabalhadores. Em 1886, Pereira Caldas, que se tornara num conhecido político progressista, receberia o título de conde de Silves.

Previsivelmente, o sector químico era incipiente. Funcionavam apenas duas pequenas oficinas (uma de ácido sulfúrico, outra de amoníaco). A União Fabril, que viria a constituir o núcleo desta indústria, já existia, mas limitava-se por ora a fabricar sabões, velas e óleo de purgueira. Os sabões haviam constituído um monopólio, geralmente arrendado em conjunto com os tabacos. Depois da sua liberalização, em 1858, tinham surgido várias fábricas particulares, entre as quais a União Fabril, criada pelo visconde da Junqueira. Depois de atravessar, no início da década de 1870, um mau período, passara para uma sociedade anónima, formada, como declarava o gerente, por «vários capitalistas dos mais abastados da praça de Lisboa», entre os quais Henry Burnay e o visconde da Gandarinha. Descendente de um proprietário rural, Gandarinha casara com a filha de um negociante brasileiro, tendo-se depois lançado em múltiplos negócios com a Inglaterra; de Henry Burnay se falará adiante. Em 1881, a União Fabril empregava 133 operários e possuía 2 máquinas de vapor, de 25 cv e 15 cv. Na capital havia outra fábrica de sabões, mas estava fechada.

II — TRINTA ANOS DEPOIS

«As finanças do Estado estão arruinadas, a taxa do imposto tem atingido o máximo de tolerância, o País definha, a emigração cresce, o dinheiro metálico desapareceu, as grandes casas bancárias ou faliram ou se aproximam da insolvência, as questões políticas azedam-se, as crises ministeriais multiplicam-se.» Assim escrevia, em Abril de 1893, o conde de Samodães, no relatório introdutório ao catálogo da Exposição Industrial Portuguesa,

que se realizara no Porto dois anos antes. De facto, o doce clima que se respirava em 1881 tinha desaparecido. Os Portugueses deleitavam-se agora a glosar o tema da decadência e a sonhar com o retorno à roca, ao fuso, à foice. Mas a literatura do fim do século retrata melhor o estado de espírito de alguns poetas românticos do que o que se passava na indústria. Aqui, nem tudo eram tristezas. Passado o susto, houve muita gente que enriqueceu à sombra de uma pauta abençoada. No quinquénio de 1893-97 importaram-se logo 3421 t de máquinas; no seguinte, esse número subiu para 5284 t e, entre 1903 e 1907, para 7674 t.

Para os donos das grandes fábricas algodoeiras foi um período eufórico. Entre 1895 e 1900, os lucros atingiram níveis elevadíssimos, como o quadro seguinte demonstra.

Lucros na indústria algodoeira(a)

Anos	Lucros (contos)	Porcentagem sobre capital accionista
1887	411	18,06
1888	358	13,38
1889	278	9,81
1890	265	8,02
1891	285	7,11
1892	197	4,73
1893	298	7,14
1894	397	9,46
1895	603	14,29
1896	487	11,27
1897	508	11,74
1898	835	19,17
1899	824	17,19
1900	606	13,15
1901	16	0,33
1902	177	3,72
1903	351	7,36

(a) L. Firmino de Oliveira, *Indústria Algodoeira, 1887-1903*, Porto, 1904.

Olhemos com um pouco mais de atenção para o que se passara. O primeiro salto tivera lugar em 1886, depois da adopção de medidas proteccionistas pelo governo de José Luciano de Castro. Entre 1870 e 1890, a produção da indústria de fiação e tecelagem de algodão quadruplicara²⁰. Depois, com a pauta de 1892, a concorrência dos tecidos ingleses diminuiu e o sector deu um novo salto. Entre 1887 e 1891 tinham-se importado, em média, 64 389 200 jardas de panos ingleses ; entre 1893 e 1898, a média desceu para 36 765 000 jardas. Por outro lado, as exportações de panos portugueses para África cresciam: o valor dos tecidos exportados para o mercado colonial passou subitamente de 60 contos para 2000. Os industriais tinham finalmente encontrado quem lhes comprasse os tecidos. Algumas fábricas aumentaram, surgiram outras. A fábrica de Salgueiros, que em 1881 ocupava 363 operários, tinha 639 em 1897; a Lisbonense passara de 850 para 1300. Esta riqueza súbita chegou mesmo a suscitar invejas no Parlamento, onde se ouviram vozes criticando os lucros da Real Fiação de Tomar. As encomendas eram

²⁰ Aproveitando as novas oportunidades para o sector da fiação e tecelagem, os Graham abriram, em 1889, uma grande fábrica, no Porto.

tantas que a empresa decidira comprar outro edifício, em Soure, e alargar o de Tomar. No fim do século, o número de fusos que utilizava passara para 30 000²¹.

Vale a pena referir um caso de êxito excepcional, o de Narciso Ferreira. Nascido em 1859, este industrial começara modestamente, vendendo os panos que ele próprio fabricava pelas feiras dos arredores de Riba de Ave, onde tinha nascido. Em 1890 montou uma fabriqueta com um armazenista, um banqueiro e um engenheiro. Depois, já rico, preparou cuidadosamente a sucessão, mandando o filho Delfim estudar para a Alemanha. Os Ferreiras, que mais tarde receberiam (as más-línguas diriam comprariam) o título pontifício de Riba de Ave, tornaram-se uma das mais poderosas famílias do Norte.

No vidro também se haviam verificado algumas transformações: a Real Fábrica deixara de gozar da sua confortável situação monopolista. A primeira fábrica privada, a de Santos Barosa, fora criada por um antigo oficial do vidro, em sociedade com um irmão, que fizera fortuna no Brasil, e quatro colegas. Surgiram depois, em sucessão rápida, a Fábrica Nova, a Central, a Santos Galo e a Marquês de Pombal, quase todas fundadas por antigos vidreiros. Um caso típico é o de José de Magalhães. Descendente de uma antiga família de vidreiros da Vista Alegre, Magalhães trabalhara muitos anos na Real Fábrica, onde era apreciado pela sua competência. Após uma curta passagem por uma das novas fábricas, como administrador, decidiu criar a sua própria empresa, em associação com 27 colegas, presumivelmente a única forma de arranjar capital para montar um forno de fusão, o que não era barato. Na Real Fábrica, a situação também se modificara, após o termo do contrato do conde da Azarujinha. Em 1894, a fábrica fora entregue a Burnay, interessado em dominar o sector: para o efeito fundara a Empresa Vidreira Lisbonense, na qual pretendia integrar a Real Fábrica, ao lado de uma outra empresa que possuía em Braço de Prata e de uma fábrica de garrafas, que tinha surgido na Amora.

Nos tabacos regressara o monopólio. Durante a década de 1880, os lucros da Companhia Nacional de Tabacos não pararam de aumentar. O Estado, cujas receitas dependiam, em larga medida, desta fonte, não tardou a interrogar-se sobre as virtudes da situação. Afinal, como alguns tinham previsto, o monopólio legal acabara por se transformar num monopólio *de facto*, prejudicial ao consumidor e ao Tesouro. Num país em que as finanças públicas eram sistematicamente periclitantes, a opulência da Companhia era um escândalo. Em 1886, o ministro da Fazenda, o progressista Mariano de Carvalho, declarara-se favorável ao monopólio; mas o primeiro-ministro e, segundo constava, o próprio rei eram contra, pelo que o plano teve de ser adiado. Em 1888, o Estado expropriava as fábricas e criava uma *régie*, temporariamente administrada, entre outros, por Oliveira Martins. A experiência não durou. Em 1891, o ministro da Fazenda, Augusto José da Cunha, aceitava a ressurreição do monopólio, em troca de um empréstimo de 36 000 contos, destinado a consolidar os 13 000 contos da dívida flutuante externa. O governo não tinha qualquer hipótese de escolha perante as exigências que os financeiros internacionais apresentavam.

Foi o conde de Burnay quem, mais uma vez, serviu de intermediário entre o Estado e a banca internacional. Desta vez, a tarefa não era fácil; os mer-

²¹ Também na lã se assistiu a um progresso, mas menor. Em 1890, a força motriz utilizada era de 1847 cv; seis anos depois, de 4937 cv.

cados europeus atravessavam, também eles, uma crise. Depressa se tornou claro que o empréstimo só viria, se o Estado Português garantisse, como aval, as receitas do monopólio dos tabacos. Apesar de Burnay se mover com notável agilidade, não conseguiu evitar os escândalos que se sucederam no Parlamento à volta do chamado caso da «outra metade», uma referência a um desvio de fundos que teria ocorrido no meio de todas estas negociações. Durante meses, o Parlamento foi palco de cenas pouco edificantes, com o ministro Mariano de Carvalho a lavar a roupa suja dos seus antecessores em público e João Franco ganhando os seus galões em ferozes ataques ao Governo. Entretanto, nas ruas de Paris, eram afixados enormes cartazes acusando o Governo Português de caloteiro, mandados colocar por um conde francês, furioso com o embaixador português em Paris, Emídio Navarro, e com o conde de Burnay. Segundo constava, este teria comprado uma quantidade considerável de títulos da dívida de D. Miguel, após ter tido conhecimento de que, pressionado pelos credores, o Estado Português se preparava finalmente para a saldar. Adquiridos por um preço irrisório, Burnay conseguiu a proeza de ser pago à cabeça, o que naturalmente enfureceu o pobre conde de Reillac, que há décadas aguardava o pagamento do dinheiro que a família emprestara ao infante derrotado. Mariano de Carvalho, sobre quem recaíam várias suspeitas, seria forçado a demitir-se, mas Burnay venceu: em nome de um consórcio financeiro, constituído por 30 % de capitais portugueses (com a casa bancária Fonsecas, Santos e Viana à cabeça) e 70 % estrangeiros, arrematou o contrato do tabaco. As condições do arrendamento eram excepcionalmente favoráveis aos capitalistas: o facto de a renda ser paga em papel-moeda revelar-se-ia um espantoso negócio para os concessionários, que durante 16 anos se limitaram a recolher os lucros crescentes dos tabacos. Em 1906, a Companhia dos Fósforos contestou a hegemonia do conde de Burnay, seguindo-se um combate feroz, que fez cair vários governos e levou a uma dissidência no Partido Progressista. Mas Burnay conseguiu renovar o contrato por mais 20 anos. Em 1926, há muito morto o conde, os parlamentares voltavam a dividir-se a propósito dos tabacos, quando um militar decidiu pôr fim à «bambochata».

Mas quem era este conde de origem belga que tantos interesses tinha na economia portuguesa? Henry Burnay nascera em 1830, em Lisboa, onde seu pai exercia medicina. Com oito irmãos, é possível que o nível de vida familiar fosse relativamente modesto, mas Burnay gostava de exagerar as suas origens rudes, chamando a atenção para o mérito necessário para chegar onde chegara. Depois de terminados os estudos no Colégio Luso-Britânico começou a vida profissional na casa bancária de seu avô, no Porto, que abandonou em 1865, para se associar a um estrangeiro, com quem arrendou o recém-inaugurado Palácio de Cristal. Aí montou um espampanante parque de diversões e um grande armazém, imitando os que, por essa Europa fora, iam fazendo furor. Alguns anos depois, em 1875, com um sócio francês e o seu cunhado, Ernesto Empis, outro belga, fundava a casa bancária que viria a construir a base da sua fortuna.

Durante a crise de 1876 ganhou muito dinheiro, tendo-se então transformado num dos mais poderosos accionistas do Banco Nacional Ultramarino. Ligado ao Comptoir d'Escompte francês, em 1879 era já um financeiro suficientemente conhecido para ser encarregado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, o progressista Barros Gomes, de contrair um empréstimo no estrangeiro. Cada vez que a situação do Tesouro português piorava, a sua importância crescia. Durante a década de 1880 não parou. Investiu

em praticamente tudo aquilo em que se podia investir, na linha de caminho-de-ferro do Porto a Salamanca (que daria origem ao escândalo da «Salamancada»), em companhias de navegação, na viação eléctrica da capital, etc.²² Em 1886, quando se casou com a filha do banqueiro Carlos Krus, o rei D. Luís fê-lo conde, embora, irritado com o seu exibicionismo, se tivesse declarado arrependido da concessão.

Na viragem do século, os Burnays eram célebres: o seu irmão Adolfo era administrador da Companhia Portuguesa dos Tabacos e da Companhia de Vidros da Marinha Grande; o seu primo João era administrador da maior metalurgia da capital; o seu tio Constant estava à frente da CUF; o seu irmão Eduardo, um médico que casara com a filha de Ramalho Ortigão, dirigia o *Jornal do Comércio*, que lhe pertencia. Toda a gente sabia quem era o «pulgão polimórfico», como lhe chamava Fialho de Almeida. Até Eça de Queirós nele se inspirou para a criação do Cohen, de *Os Maias*. Na imaginação popular, Burnay transformara-se no capitalista por excelência, judeu na origem, internacional nos contactos e dissoluto nos vícios. Em 1901, o jornal *A Paródia*, de Bordalo Pinheiro, retratava-o com uma enorme mão direita, onde aparecia desenhado o mapa de Portugal, enquanto na esquerda se via um banco de madeira, onde o banqueiro se preparava para meter o país que tão imprevidentemente o acolhera. Ao lado vinham os seguintes versos:

Estrangeiro, banqueiro, onzeneiro, folião,
Tem Portugal inteiro apertado na mão:
Bancos, províncias, oiro, hotéis, homens, governos,
Querelas, concessões, coroas, céus, infernos,
Companhias, jornais, dinheiros, fortes, fracos,
Ministros, imbecis, capelas e tabacos,
Virgens de Santo António, o mapa, os usurários,
Festas nacionais, misérias, centenários,
O clero, a fome, o sangue, o riso... Tudo agarra!
Não é mão, é tenaz! Não é tenaz, é garra!²³

A sua ascensão social foi prodigiosa. No fim da vida, Burnay frequentava as famílias mais conceituadas e, significativamente, tinha casado as filhas na melhor aristocracia nacional. Vivia esplendorosamente: começara por comprar a casa dos condes de Povolide, às Portas de Santo Antão, mudando-se depois para o Palácio do Patriarcado, à Junqueira. Os convites para os *garden-parties* que dava nos belos jardins da sua casa sobre o Tejo eram imensamente cobiçados. Nas férias de Verão passou, como competia, a ir para a Granja. Ali construiu um *chalet* à moda da época, rodeado de extensas matas, onde a sua mulher passeava a cavalo e as filhas jogavam *croquet*. Em 1895 decidiu organizar uma grande festa, supostamente dedicada a Santo António, com fogo de artifício, procissão, missa solene e até tumultos anarquistas. Houve certamente quem se risse baixinho de tanto espanto; sentado entre a família real, o conde não deu por nada. Quando na capital apenas existiam duas ou três centenas de automóveis, os Burnays possuíam 11.

No fim da vida, rico para lá de todos os sonhos, o velho conde dedicava-se, com afã, a causas nobres: patrocinou a criação do Jardim Zoológico,

²² Calcula-se que, com o negócio da «Salamancada», Burnay teria tido £180.000 de lucro, ver A. Lopes Vieira, *The Role of Britain and France in the Finance of Portuguese Railways, 1850-1890*, Leicester, 1983 (tese de doutoramento não publicada).

²³ *A Paródia*, de 18 de Dezembro de 1901.

deu dinheiro para a construção de habitações populares, arranjou empréstimos para cooperativas, favoreceu as artes. Faltava-lhe uma coisa: a política. Em 1893 escolheu um bom círculo, Tomar, e candidatou-se a deputado, com o apoio encoberto de José Luciano, o que não deixou de suscitar resistências junto dos caciques progressistas da região, furiosos por terem sido preteridos²⁴. Indiferente, o conde percorreu o distrito, sorriu e distribuiu dinheiro. Naturalmente, venceu. Depois, receosos de que ele revelasse segredos eventualmente comprometedores, alguns deputados lembraram-se de invocar que não era português, contestando-lhe a vitória nas urnas. Mas Burnay conseguiu provar que, embora filho de belgas, podendo portanto optar por essa nacionalidade, preferia a cidadania portuguesa. Em 1899 voltou a candidatar-se, desta vez por Setúbal. Levantaram-se novos obstáculos, como o facto de ser arrendatário de um monopólio estatal; Burnay declarou prescindir de algumas cláusulas e acabou eleito²⁵.

O seu nível de vida espantava os habitantes deste país paupérrimo. Os grandes proprietários rurais, um Lafões ou um Cadaval, possuíam certamente mais bens, mas poucos se poderiam gabar de ter feito tanto dinheiro em tão curto espaço de tempo²⁶. Morreu, no auge da fama, em 1909. Uma multidão de gente célebre, à mistura com povo humilde, acompanhou-o ao cemitério. Nos jornais apareceram obituários ditirâmbicos. O *Notícias de Lisboa* escrevia: «Foi o verdadeiro tipo de triunfador do nosso tempo, o homem representativo da ordem burguesa e capitalista em que vivemos.»²⁷ A sua carreira fora fulgurante. O jovem Henry Burnay, que, em 1880, se fizera fotografar para o *Comércio e Indústria*, magro, de pé, com um livro entreaberto nas mãos, era, no fim da vida, o opulento banqueiro que displicentemente olhava o pintor, no quadro a óleo que mandara instalar no seu confortável escritório²⁸. De todos os vencedores, era o maior. Não era contudo um industrial típico. Além da indústria, Henry Burnay tinha interesses no comércio, na navegação e, acima de tudo, na banca. Possuía acções dos Caminhos-de-Ferro e de companhias de navegação, era dono de bairros inteiros, investira em transportes urbanos e em produções coloniais, promovera a construção de docas, comprara jornais, era concessionário de minas e sócio do contrato do tabaco. Não é possível saber, entre tão variados investimentos, quais os mais lucrativos: não custa todavia a crer que entre os primeiros figurassem os tabacos.

Uma indústria tradicional, a moagem estava a sofrer profundas transformações, após a introdução do método austro-húngaro. Depois dos taba-

²⁴ Ver a sua correspondência para José Luciano de Castro, em «Espólio José Luciano de Castro», Arquivo Nacional da Torre do Tombo (E. B. 18 V-Caixa 2).

²⁵ A luta foi renhida, tendo o acto eleitoral de ser repetido em Palmela, ver *O Elmano*, Setúbal, Novembro de 1899.

²⁶ Em 1901, Burnay era o maior contribuinte do seu círculo eleitoral, segundo o caderno de recenseamento desse ano; o conde pagava 2.262\$866 réis, enquanto o conde de Sabugosa, seu vizinho, apenas pagava 945\$529 e o conde da Ribeira Grande 284\$136 (ver Cadernos Eleitorais, Arquivo Histórico Parlamentar). Ao morrer, a sua fortuna foi avaliada em 14 000 contos: A. Dias Miguel, *Alfredo da Silva*, 1971. Infelizmente, o autor desta obra não revela a fonte da informação.

²⁷ *Notícias de Lisboa*, de 6 de Abril de 1909. Os seus filhos, Henrique e Roberto, sucederam-lhe na gestão dos negócios. Em colaboração com bancos belgas e franceses, investiram nas colónias, mas a crise de 1929 teve efeitos negativos no que já então se chamava Banco Burnay. Depois de um prolongado conflito, os herdeiros resolveram vender a casa familiar. Em 1934, o recheio do palácio da Junqueira era posto à venda, em leilão. Facilmente alienável, a fortuna foi-se desagregando.

²⁸ Ver *História do Banco Fonsecas e Burnay*, Lisboa, 1984, e *Comércio e Indústria*, 2, 1880.

cos e das estamparias era o sector ideal para se fazer fortuna. O número de empresas que respondeu ao inquérito de 1881 havia sido reduzido, mas a resposta enviada pela Companhia de Moagem de Santa Iria era já reveladora da prosperidade crescente. Fundada nos finais da década anterior, esta empresa ainda estava em fase de instalação: principiara a funcionar com 3 moinhos; passados três anos instalara mais 10, tendo encomendado mais 3. As fábricas de Manuel Gomes, no Caramujo, de João de Brito, ao Beato, e de Belo e Formigal, à Pampulha, viviam dias desafogados. Mais tarde, depois da aprovação da lei proteccionista dos cereais, em 1889, que estabilizou o preço do pão enquanto fazia subir o preço da matéria-prima, os lucros baixaram um pouco, mas continuaram a ser excepcionais. No Sul, a capacidade anual das 10 maiores fábricas passara, entre 1893 e 1903, de 473 000 t. para 706 000 t. O grau de concentração era invulgar: em 1914, 70 % do mercado era abastecido por apenas 9 empresas. Infelizmente, não foi possível encontrar dados biográficos sobre estes industriais, com excepção de Francisco Conceição Silva, provavelmente um dos menos importantes. Este industrial havia fundado, com um irmão, uma fábrica de bolachas e uma moagem, a Santo Amaro, estando ainda ligado à Lisbonense. Mas terá sido com os lucros obtidos na moagem que mandou construir o espampanante palacete, em estilo árabe, que ainda hoje se pode ver na Avenida da Liberdade.

Na última década de Oitocentos surgira em Portugal uma nova indústria: as conservas de peixe. Rareando a sardinha nas costas francesas, alguns industriais de Nantes haviam decidido instalar as suas fábricas num local que a possuísse em abundância, para o que escolheram Setúbal. O segredo do ofício, a lata soldada, fora introduzido em Portugal por um italiano que em 1879 montara em Vila Real de Santo António uma oficina de conservas de atum, mas seria sob o impulso dos franceses, e em Setúbal, que o sector mais se desenvolveria durante a década de 1890. Esta pequena vila piscatória cresceu rapidamente, transformando-se numa das mais homogêneas concentrações operárias do País. Entre 1890 e 1910, o número de fábricas passou de 15 para 40; o de operários, de 833 para 3640²⁹. As maiores fábricas pertenciam aos franceses, a Firmin Julien, a Garrec, a Delory, a Chancerelle, etc. Quem passasse por Setúbal não deixaria de notar as Sociétés Parisiennes, que orgulhosamente mantinham os seus pergaminhos estrangeiros nas paredes fabris. Pouco a pouco, alguns soldados portugueses foram-se deixando tentar pela perspectiva de montar uma fabriqueta, mas os franceses continuaram a manter a hegemonia.

Com um patronato desenraizado e um operariado recente, não admira que Setúbal tivesse um ar «selvagem». Em 1909, quando L. Poincard a visitou, achou que a população se mostrava «exigente e pouco previdente, gastadora e descuidada com o conforto e a higiene, facilmente seduzível pelas tentações e excitações»³⁰. Não foi apenas a este discípulo de Le Play que os ares de Setúbal pareceram chocantes. Localmente, também havia quem se indignasse com as atitudes «arrogantes» dos operários. Segundo os jornais locais, havia agora soldados que passeavam pelas avenidas, ostentando relógios de ouro e fumando charutos! Por outro lado, os patrões, especialmente os pequenos, eram pouco susceptíveis de infundir respeito fosse a quem

²⁹ No país, o número de operários conserveiros passou, entre 1890 e 1907, de 2500 para 10 000.

³⁰ L. Poincard, *Le Portugal Inconnu*, 1910. Ver também *Ilustração Portuguesa* de 11 de Julho de 1910.

fosse. A familiaridade com os antigos companheiros de trabalho não conduzia à boa convivência; pelo contrário, tornava explosivo o ambiente vivido dentro das oficinas. As greves alastraram, muitas delas vitoriosas, o que acabou por fazer com que a indústria se deslocasse para regiões mais dóceis³¹.

Entretanto, na indústria de cortiça viviam-se momentos difíceis. O sector tinha crescido, espalhando-se por Lisboa e arredores. Não tardou a haver rolha a mais no mercado. Além disso, muitos países estrangeiros estavam agora a fabricar as suas próprias rolhas, com cortiça importada, impondo direitos elevados à produção portuguesa. Em 1900, das 45 000 t de cortiça exportada, apenas 3000 t saíram sob forma trabalhada. Por várias vezes, os industriais pediram ao Estado que tentasse modificar a situação, mas é duvidoso que, mesmo que o quisesse, aquele tivesse qualquer possibilidade de obrigar os países estrangeiros a baixar os direitos. Por outro lado, a proibição da cortiça em bruto, outra aspiração do sector, era difícil: internamente, os industriais corticeiros tinham um adversário poderoso nos lavradores alentejanos, que preferiam exportar a cortiça a quem lhes pagava mais depressa e melhor.

O mais espectacular acontecimento do período situa-se na Outra Banda, mais precisamente no Barreiro. Em 1908, esta vila rural assistia à inauguração de uma fábrica de ácido sulfúrico, a primeira unidade de um vasto aglomerado que chegou até aos nossos dias como o símbolo por excelência da grande indústria, a CUF. A esta obra, a que inicialmente estiveram associados Henry Burnay e Martin Weinstein, anda sobretudo ligado o nome de Alfredo da Silva, o primeiro grande industrial português.

Alfredo da Silva nascera em Lisboa, em 1871, numa família abastada da capital. Em 1885, quando o pai morreu, o jovem Alfredo e os seus irmãos receberam uma boa herança, em bens sólidos: prédios, terras e acções das grandes companhias da época (Gás, Caminhos-de-Ferro, Crédito Predial, Banco Lusitano)³². A firma Silva e Irmão, fundada durante os anos da euforia regeneradora, passaria integralmente para este ramo da família, dado que o tio morrera sem deixar descendentes. Depois de ter frequentado o Liceu Francês, onde completou os estudos secundários, e o Instituto Comercial e Industrial de Lisboa, por onde se diplomou, Alfredo da Silva tornou-se conhecido nos meios financeiros ao chefiar, em 1891, a contestação de um grupo de accionistas do Banco Lusitano contra a respectiva administração, acusada de incompetência e corrupção. Num processo que se arrastou durante meses, e que ele ganharia, acusou os sete directores do Banco de terem tirado ilegalmente 800 contos do cofre, implicando no escândalo figuras muito conhecidas, incluindo um par do Reino. Aos 22 anos era já suficientemente famoso para que a Carris, de que a mãe era accionista, o convidasse para director. Ali terá conhecido o conde de Burnay, a quem conseguiu convencer das vantagens da fusão da União Fabril com a sua empresa, a mais pequena Aliança Fabril. Assim nasceu a CUF, em 1898³³.

³¹ V. Pulido Valente, «Os conserveiros de Setúbal (1887-1910)», in *Análise Social*, n.ºs 67/69, 1981.

³² Segundo A. Dias Miguel, a fortuna andaria à volta de 400 contos (Ver A. Dias Miguel, *Alfredo da Silva*). No entanto, para P. Descamps, limitar-se-ia a 36 contos, P. Descamps, *Le Portugal, La Vie Sociale Actuelle*, Paris, Firmin-Didot, 1935. O primeiro número parece todavia mais fidedigno, dado que o autor consultou o inventário orfanológico da família Silva.

³³ As relações entre Alfredo da Silva e Burnay nem sempre foram fáceis, tendo aquele ameaçado demitir-se da administração da CUF, em várias ocasiões.

Protegido pela pauta de 1892, o sector dos sabões e velas vivia um período auspicioso. «A arte monopolista» de Alfredo da Silva, como se lhe referiria P. Descamps, começava a dar os primeiros frutos. Verificando que os resíduos do óleo de purgueira, matéria-prima que utilizava no fabrico dos sabões, forneciam um óptimo adubo, Alfredo da Silva lançou-se neste campo, onde, desde a promulgação da lei dos cereais, em 1889, se abriam boas perspectivas³⁴. De facto, a lavoura alentejana estava a consumir quantidades crescentes de adubo: em 1889, o embarque de adubos por via férrea, na linha do Sul e Sueste, fora de 1307 t; dez anos depois subira para 19 572 t e, em 1913 atingia a cifra espectacular de 89 976 t. Tendo começado por importar adubos, Alfredo da Silva passou a dedicar-se à sua produção, no Barreiro, uma vila estrategicamente situada à beira do caminho-de-ferro que penetrava no interior alentejano. Em 1913, pela primeira vez, a quantidade de adubos importados foi menor do que a fabricada nacionalmente³⁵.

O Barreiro desenvolver-se-ia sobretudo durante a primeira guerra mundial e nos anos que imediatamente lhe sucederam, pelo que a sua história pertence já a outro período. Em 1917, a CUF empregava 2000 operários e não parava de crescer. Quando morreu, em 1942, Alfredo deixava atrás de si um império³⁶. Não só montara, a partir do nada, a indústria química, como adquirira, na banca, nos seguros, no comércio colonial, na navegação, na indústria, uma posição invejável. Até nos tabacos acabaria por vencer, quando, em 1927, depois de uma luta feroz, o Estado aceitou a existência da sua Tabaqueira, ao lado da Companhia Nacional de Tabacos. A CUF absorvera tudo o que estava nas suas fronteiras, da construção naval à celulose, da têxtil à metalomecânica, das moagens ao sulfato de cobre. Num país em que muita gente influente pensava que a indústria se deveria manter artesanal, os seus actos devem ter parecido a obra de um excêntrico.

Politicamente foi sempre um autoritário. O esboroamento do constitucionalismo monárquico, a que assistira em jovem, levou-o a desprezar irremediavelmente os partidos, incluindo o Regenerador, que merecera as simpatias de seu pai. Em 1901 foi um dos primeiros a apoiar a cisão que João Franco abriu naquele partido. Durante algum tempo foi deputado franquista. Em 1906 acompanhou Franco em várias *tournées* de propaganda, tendo estado presente na mais célebre de todas, em Alcântara, quando, de pistola em punho, defendeu o primeiro-ministro dos ataques dos populares. Previsivelmente, viveria alguns momentos difíceis durante a República, tendo chegado a exilar-se, depois de um atentado em Leiria. Em 1926 aplaudiu entusiasticamente a ditadura e em 1934 aceitou um lugar na Câmara Corporativa. Mas, consolidado o regime, passou a dedicar-se, em exclusivo, aos negócios, de novo em ascensão, após a aprovação dos decretos relativos à Campanha do Trigo.

Sobre a sua vida privada sabe-se pouco. Em 1894 casara-se com Maria Cristina Dias de Oliveira, de quem teria uma única filha (mais tarde casada com Manuel de Melo). Ainda novo, instalara-se no belo palácio que os Colares tinham mandado construir no Alto de Santa Catarina; depois mandou

³⁴ Em 1900, Cabo Verde, onde a CUF se costumava abastecer, já não conseguia fornecer as quantidades suficientes de óleo de purgueira, tendo Alfredo da Silva começado a recorrer à Guiné e Angola. Ver G. Clarence Smith, *The Third Portuguese Empire (1825-1975)*, Manchester University Press, 1973.

³⁵ Ferreira Dias, *Linha de Rumo*, Lisboa, Clássica, 1945 e J. Reis, *op. cit.*

³⁶ A CUF empregava então 10 000 operários, Maria Belmira Martins, *Sociedades e Grupos em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1973.

edificar, no Monte Estoril, o palacete em estilo D. João V que ainda ali existe, comprando por fim, em Sintra, a quinta pombalina onde viria a morrer. Apesar do luxo de que se rodeou, tem-se a impressão de que só a trabalhar se sentia plenamente feliz. Alfredo da Silva foi o primeiro, e quase o único, *tycoon* industrial que o País conheceu.

III — ORIGENS E DESTINOS

Vimos como um grande número de fábricas foram construídas por gente próspera, frequentemente com fortunas feitas no Brasil. O número de trabalhadores manuais ascendendo a capitães de indústria, pelo menos no caso destas unidades maiores, foi pequeno³⁷. Os casos de José Pedro Colares, de Narciso Ferreira, de José Diogo da Silva, foram excepcionais. Outro facto determinante foi o papel dos estrangeiros. No Sul, a lista dos apelidos estrangeiros é deveras impressionante, quer ao nível da fundação, quer ao nível da gestão. Isso mesmo notava Charles Vogel, em 1860, salientando que, com excepção do Porto, quase todas as empresas industriais de uma certa importância, bem como a banca e os negócios, estavam nas mãos de estrangeiros, estabelecidos em Portugal em números que ultrapassavam vários milhares³⁸.

Outra característica a registar, no caso das indústrias instaladas em meio rural, é o peso de elementos vindos das cidades. As fábricas modernas, Vizela, Tomar, Arrentela, Alenquer, Torres Novas ou Alcobaça, foram todas fruto de iniciativas exteriores à região. Das cidades lhes vieram os chefes e os capitais, os técnicos e as matérias-primas, as máquinas e as ferramentas. O campo apenas parecia capaz de fornecer mão-de-obra barata. Apenas nas Beiras houve alguns casos de desenvolvimento endógeno, com base na energia hidráulica e na lã, que ali existiam em abundância.

Nem todos os industriais pertenciam aos grupos dominantes. Alguns tiveram de subir, a pulso, na hierarquia social. Tem-se, no entanto, a impressão de que a escalada não foi difícil. O Portugal da segunda metade do século XIX era uma sociedade relativamente aberta, em que o dinheiro contava mais do que os pergaminhos. Ao lado dos velhos senhores aristocráticos, poucos e apagados, afirmava-se uma classe colorida de condes e viscondes, com quem era fácil conviver. Em 1886, quando a «legião aristocrática» foi aumentada em 10 condes, 3 marqueses e 1 duque, vários industriais receberam títulos³⁹. No fundo, tudo dependia do dinheiro necessário para se levar a vida julgada adequada a quem fazia parte da «alta sociedade», o que incluía coisas tão simples como ter um camarote no Teatro de São Carlos ou pertencer ao Turf. Nalguns sectores, na estampanaria, nas moagens, nos tabacos, o problema nem se punha: estes industriais tinham dinheiro para isso e muito mais. Na lista dos membros do Turf, encontramos naturalmente os Santos Silva, os Burnays, os Ribeiro da Cunha, os Cen-

³⁷ Oliveira Martins notava o fenómeno, lamentando que, em Portugal, raramente as oficinas dessem origem a fábricas, *Inquérito Industrial de 1881*. Das 70 empresas seleccionadas, cerca de 1/5 tinham sido fundadas por estrangeiros. A sua presença nos escalões intermédios de gestão era, no entanto, muito mais elevada. Para o que se passou no resto da Europa, ver W. O. Henderson, *Britain and Industrial Europe, 1750-1850*, Leicester University Press, 1972.

³⁸ C. Vogel, *Le Portugal et ses colonies*, Paris, 1860, p. 117.

³⁹ R. Ortigão, *As Farpas*, VI, Lisboa, Clássica, 1943, p. 75. Entre 1850 e 1890, foram atribuídos cerca de 660 novos títulos (Ver F. Marques da Costa, *Sociedade e grupos sociais no período constitucional, História de Portugal*, vol. VI, Alfa, 1985).

tenos; menos previsível foi depararem-se-nos Thomas Reynolds ou Diogo José Cabral. Importa, no entanto, recordar que a indústria não era a via real de acesso à fama e ao poder. Em Portugal, a ascensão social fazia-se sobretudo através das carreiras burocrática, militar e política. Não é certamente por acaso que todas as personagens que se celebrizaram nos romances da época, como exemplos de sucesso, eram políticos ou «brasileiros».

Abaixo dos grandes capitalistas vinha o grupo dos industriais médios, alguns dos quais haviam construído as suas empresas à força de energia, austeridade e perseverança, gente como António Lopes da Costa, o industrial beirão que mandara gravar, no frontispício da sua empresa, a seguinte epígrafe: «Assim como o fogo desenvolve a fragrância do incenso, assim o trabalho faz conhecer o verdadeiro valor do homem.» Para estes indivíduos, a grande virtude era, sem dúvida, o trabalho, o grande inimigo o exército de gente mole, vivendo confortavelmente dos rendimentos dos cupões. Só a indústria fabril continha «o germe de toda a grandeza e prosperidade nacional», como décadas antes anunciara altivamente a Associação Industrial Portuense⁴⁰. José Pedro Colares é talvez a voz mais representativa do grupo. Em todas as suas intervenções no inquérito de 1881 transparece a determinação de ser respeitado pelo que faz. Veja-se, por exemplo, a forma como descreve o seu quotidiano: «Às 7 da manhã estou já levantado, barbeado e pronto para o trabalho; às 8 venho para o escritório e sou o primeiro a chegar, porque os meus empregados entram às 9 horas. Às 5 horas vou jantar e volto depois, para sair às 9 horas da noite, porque é neste espaço de tempo que faço alguns dos trabalhos que precisam de mais cuidado.» Colares foi ainda um dos raros industriais a demonstrar publicamente a sua irritação com os descendentes. Em 1881 queixava-se de um sobrinho, um preguiçoso que nem pelo que era seu, como dizia, se interessava. Vale a pena ouvir as suas palavras: «Eu tenho um sobrinho [...] que eu desejava empregar na fábrica para ser mais um membro da minha família a trabalhar nesta indústria: sabe francês e inglês, tem o curso de mecânica e já não é uma criança; queria que ele fosse para o escritório a fim de, na minha ausência, vigiar os operários e ir-se acostumando ao trabalho prático, para eu depois poder retirar-me, ficando a casa entregue a um membro da família suficientemente habilitado, mas ele tem medo de sujar-se e não quer trabalhar.» O sobrinho ficara furioso por o tio o ter mandado fazer um inventário, declarando peremptoriamente que preferia ser funcionário público. Malheiro Dias, um dos funcionários encarregados do inquérito, lamentava a situação: «Se os necessários herdeiros dos actuais possuidores continuassem as tradições de família, aumentando assim progressivamente o pecúlio de instrução prática e adquirindo, nas academias ou institutos, conhecimentos teóricos, em vez de se tornarem letrados à procura de problemáticas demandas ou pretendentes de mal remunerados empregos públicos, talvez a indústria nacional tivesse hipótese de se desenvolver.» Como nada disto se passava, o País não podia avançar.

O problema da sucessão, que tanta atenção tem despertado no estrangeiro, exige, só por si, uma investigação pormenorizada, que nos indique até que ponto os lamentos dos burocratas e familiares correspondiam à realidade⁴¹. Não custa a crer que a carreira fabril, especialmente em empre-

⁴⁰ *Jornal da Associação Industrial Portuguesa*, 1 de Agosto de 1853.

⁴¹ A bibliografia sobre o tema é imensa. Ver, por exemplo, as comunicações ao 8.º Congresso Internacional de História, 1982. Em Portugal, J. Serrão referiu-se ao tema no seu artigo «Burguesia», in *Dicionário de História de Portugal*, para a classe ligada ao comércio.

sas menores, não figurasse à cabeça nas preferências dos filhos dos fundadores, mas também pode ser que quem sobre o assunto escrevia estivesse a exagerar. No caso da Fábrica Colares, por exemplo, a sucessão resolveu-se tão eficientemente que a empresa, depois de se aliar à Vulcano, chegou até aos nossos dias, sob o nome de Cometna.

A maioria dos homens que dirigia as fábricas tinha uma instrução rudimentar. Todavia, ao lado da massa menor, que apenas adquirira uns vagos conhecimentos «literários», como se lhe refere o *Comércio e Indústria*, existiam educações privilegiadas, em França e Inglaterra: o jovem Daupias frequentara o liceu Louis le Grand, Carlos Santos Silva o colégio Fontenay aux Roses, Eduardo Pinto Basto um colégio inglês, antes de obter um diploma comercial, em Inglaterra, após ter recebido lições de Mr. Stoll, o preceptor suíço dos filhos do duque de Palmela. Não indo tão alto, havia muitos industriais cultos, sempre prontos a escrever manuais técnicos para ensinar os Portugueses a produzir tão bem como lá fora. O problema residia em que poucos pareciam interessados em ouvi-los. Como escrevia Ramalho Ortigão, aqui com toda a razão, os que liam os seus escritos, geralmente não podiam aproveitar-lhes a doutrina e os que poderiam aproveitar-lhes a doutrina não os liam, nem a entenderiam se os lessem. É preciso também não esquecer os processos informais de transmissão do saber. Alguns patrões tinham aprendido tudo o que sabiam, em jovens, com seus pais, como sucedera a Mendes Veiga ou a James Gilman. Havia ainda quem tivesse estagiado no estrangeiro, em centros industriais reputados, como Manchêster ou Lião. Geralmente, é em relação aos fabricantes que os burocratas se manifestam mais severos. Os donos das «fábricas» de lanifícios da Beira foram considerados, pelos representantes oficiais, como indignos de estarem à frente de qualquer empresa: «A falta de contabilidade, nuns casos, e, noutros, a ausência de conhecimentos económicos que servem de guia para a boa organização dela fazem que não possa saber-se exactamente muitos factos que só a contabilidade pode mostrar [...] A muitos industriais falámos nós que não tinham a mais singela noção do que era uma alfândega, e portanto seria irrisório consultá-los sobre as pautas aduaneiras.» É, no entanto, possível que quem assim escrevia sobrevalorizasse os conhecimentos necessários para dirigir uma fábrica. Não nos podemos esquecer que, durante este período, mesmo na Alemanha, poucos industriais achavam que valia a pena adquirir uma instrução universitária. Em 1884, um banqueiro alemão dizia a um jovem candidato a industrial não ser a Universidade mais do que «uma forma de se ocuparem agradavelmente os tempos livres, tal como fumar um charuto depois de uma refeição»: não valia, por conseguinte, a pena frequentá-la⁴².

É geralmente aceite como axiomático que o Estado Português não cumpriu o seu dever no campo da educação. Os industriais portugueses seriam maus, porque o Estado não lhes teria proporcionado, na juventude, as escolas técnicas que aguardariam com ansiedade. A realidade é um pouco diferente. Em primeiro lugar, legislação não faltou, desde os decretos de Passos Manuel, que criaram os Conservatórios de Artes e Ofícios, às medidas legislativas de Fontes Pereira de Melo, na década de 1850, e às de João Crisóstomo, na de 1860. Mas uma coisa era criar uma escola no papel, outra pô-la a funcionar e ainda outra enchê-la de alunos. Durante as décadas de 1880 e 1890, o número de alunos foi aumentando, mas o seu quantitativo nunca

⁴² E. J. Hobsbawm, *The Age of Empire*, Londres, Weidenfeld, 1987, p. 175.

chegou ao ambicionado, nem as elevadas intenções de António Augusto de Aguiar e Emídio Navarro tiveram tradução prática. L. Poinsard notava, em 1910, que as escolas técnicas portuguesas apenas forneciam conhecimentos ligados a certos ofícios de luxo. Parte do problema residia exactamente no facto de as escolas continuarem a formar artesãos, deixando de fora as tecnologias modernas. Aqui, sim, havia um estrangulamento, como qualquer estatística nos demonstra: no princípio deste século, dos 79 mestres das fábricas de fiação de algodão, 55 eram estrangeiros. É verdade que os institutos industriais diplomavam todos os anos algumas centenas de alunos, mas estes não se destinavam às oficinas.

Esta falha teve naturalmente custos. Não foi só na Fábrica de Oeiras que surgiram problemas com o recrutamento dos mestres. Muitas são as referências a estrangeiros indisciplinados, incompetentes e exigentes. Na Fábrica de Tomar, por exemplo, o técnico que em 1873 viera de Manchester com as máquinas embebedava-se de tal maneira que a direcção se viu forçada a despedi-lo. Especialmente nos meios rurais, era difícil recrutar mestres competentes. Estes não tardavam aliás a sentir-se isolados e odiados, o que não é de admirar, dado que, além de uma componente meramente técnica, o seu trabalho incluía uma função de «domesticação» da mão-de-obra, o que suscitava enormes resistências entre os subordinados. Muitos foram os conflitos provocados pela dureza da nova disciplina, tendo, por exemplo, na Covilhã, chegado os tecelões a tentar assassinar o capataz alemão. O facto de haver poucos grandes industriais com raízes na indústria contribuiu para agravar o problema, como alguém recordava em 1884: «Por via de regra, os nossos industriais são tirados da classe dos negociantes e, por consequência, completamente leigos na nova profissão que encetam. Não conhecem os processos de fabrico, nada entendem de administração de semelhantes estabelecimentos, não sabem escolher o pessoal nem o material.»⁴³ Azambuja Proença, o autor destas palavras, citava depois alguns casos em que os patrões se tinham visto forçados a abandonar as máquinas importadas, pois os mestres se haviam revelado totalmente incapazes. Já no que diz respeito à mão-de-obra desqualificada, nunca houve carências. Às portas das fábricas amontoavam-se milhares de camponeses, pobres e resignados, esperando que alguém lhes quisesse dar trabalho. É verdade que, nalguns ofícios antigos, o problema era um pouco diferente, mas eram excepções num mar de desqualificação.

Os industriais portugueses sabiam há muito que, nessas sombrias e convulsas terras do norte, os operários estavam a contestar, com crescente violência, os patrões; em Portugal, pensavam, tudo seria diferente. Na viragem do século, as ilusões desapareceram. Em parte devido à frustração causada pelo incumprimento das promessas feitas durante a campanha por uma nova pauta, em parte pelo desemprego provocado pela mecanização, em parte pela deterioração do nível de vida, os conflitos multiplicaram-se. A reacção não se fez esperar. Neste, como em muitos outros aspectos, os patrões portugueses estavam mais perto dos franceses do que dos ingleses: qualquer protesto lhes parecia uma insurreição, qualquer greve um acto de ingratidão, qualquer associação de classe uma organização criminosa. Os patrões não conseguiam compreender que os seus trabalhadores, sempre tão dóceis e respeitadores, se pudessem revoltar. Se assim procediam, era certamente porque elementos de fora a isso os tinham obrigado. Esta a raiz da popular tese

dos *meneurs*, os tenebrosos cabecilhas que, através da lisonja e da ameaça, faziam com que aqueles «pobres diabos» comessem a «ter ideias». Tudo se resolveria naturalmente com alguns «açóites», acompanhados do célere despedimento dos dirigentes.

Muitas vezes eram os patrões paternalistas quem mais depressa recorria à força. Habituaados ao respeito incondicional, não toleravam a menor reivindicação. As poucas mortes de grevistas então verificadas tiveram lugar em meios rurais. Em 1902, em Gouveia, os patrões responderam às reivindicações dos tecelões com o envio de tropas, acabando tudo por degenerar num motim, com dois operários mortos e vários feridos. Pelo contrário, do alto do seu poder, o conde de Burnay não se importava de falar com os grevistas, a quem um dia pretendeu dar lições de realismo. Durante uma greve, tentou convencer os fundidores da Empresa Industrial Portuguesa de que a luta era absurda, pois eles eram uma «panela imensa de barro», enquanto ele, uma panela pequena, mas de bronze, acabaria por vencer⁴⁴.

As greves vitoriosas tiveram sobretudo lugar nos ofícios qualificados, onde os patrões não tinham outro recurso senão ceder, o que tornou a luta pelo controlo da aprendizagem o centro de todas as disputas. Tão favoráveis à intervenção do Estado, os patrões revelavam-se inequivocamente liberais neste domínio. Aqui, sim, a concorrência era salutar: quanto mais os trabalhadores competissem entre si por um posto de trabalho, mais baixos seriam os salários. Dado que os industriais conseguiram facilmente convencer a opinião pública de que estavam a lutar pela liberdade, os trabalhadores viram-se encurralados num beco sem saída, acusados de defenderem privilégios arcaicos. Assim, mais do que apresentar abertamente as suas aspirações, optaram frequentemente por instalar nas oficinas um clima de resistência passiva, esperando atrasar o dia em que as máquinas os viriam desalojar. Para muitos, esse momento terrível chegou no fim do século.

Ao contrário dos operários, os industriais não precisavam de criar organizações de massas para defender os seus interesses. Quando queriam lutar, faziam-no geralmente através de grupos de pressão ou, individualmente, junto dos governantes. Não admira, por conseguinte, que as associações com nomes sonantes, surgidas ao longo dos anos, fossem efémeras. A maior parte das que ostentavam a palavra «indústria» no título, nada tinham, aliás, de industrial, no sentido moderno da palavra. Eram organismos onde alguns iluminados se encontravam, para discutir qual o processo de tornar os portugueses «felizes», agora que já eram «livres». A mais célebre foi a Sociedade Promotora da Indústria Nacional, criada logo após a revolução liberal. Como se proclamava no primeiro número da sua revista, destinava-se a «excitar a emulação, espalhar as luzes e auxiliar os talentos», onde quer que estes se encontrassem⁴⁵. Depois foram surgindo outras organizações, com uma ligação à indústria um pouco mais forte, desde organismos sectoriais, do tipo da Associação Promotora da Indústria Metalúrgica, a associações regionais, como a União dos Industriais do Norte, activa no fim do século. Na década de 1830 temos notícia de uma Associação Industrial Portuguesa, da qual se sabe muito pouco. Mais poderosa parece ter sido a Associação Industrial Portuense, criada em 1847 e que publicou, durante mais de uma

⁴⁴ *O Eco Metalúrgico*, 7.6.1896.

⁴⁵ *Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional*, 1822. Depois de um interregno durante o período das guerras civis, a publicação conheceu um período áureo na década de 1840. Só uma minoria ínfima dos que faziam parte desta associação poderia, com boa vontade, ser considerada industrial.

década, uma ótima revista⁴⁶. Em meados da década de 1860 surgiu a Associação Promotora da Indústria Fabril, um organismo destinado a combater a assinatura do tratado comercial com a França e a fazer eleger para o Parlamento o seu principal mentor, Fradesso da Silveira. Frustrado o primeiro objectivo e conseguido o segundo, a associação desapareceu, reemergindo, alguns anos depois, quando o problema da pauta se voltou a pôr, em 1890. Em meados desta década, o aumento dos impostos sobre a indústria, decretado pelo governo de Hintze Ribeiro, de novo a faria sair da hibernação.

Embora tenha havido alguns industriais eleitos para o Parlamento, a sua presença nos escalões superiores da vida política era rara. A participação deste grupo fazia-se sobretudo sentir ao nível local, como presidentes de câmara ou vereadores. Alguns industriais transformaram-se também em conhecidos caciques, negociando os votos dos seus operários, em troca de favores. No que diz respeito a preferências partidárias, só se podem formular hipóteses. Uma delas é a de que a maioria preferiria o Partido Progressista, cujo programa continha algumas das suas aspirações, nomeadamente a necessidade de pautas, a descentralização administrativa e a redução das despesas públicas. De facto, aquele partido recolheu inicialmente apoios importantes, em especial no Norte. Com os anos, contudo, essa adesão ter-se-á esbatido, acabando alguns por fugir para os braços do Partido Republicano, enquanto outros se refugiavam no Partido Regenerator-Liberal⁴⁷.

As reivindicações expressas pelos industriais podem resumir-se em seis pontos: direitos elevados sobre os produtos estrangeiros, direitos baixos sobre as matérias-primas, preferência aos concorrentes nacionais nos concursos públicos, crédito barato, escolas industriais e, no caso das fábricas do interior, melhores vias de comunicação. À cabeça vinha o pedido de protecção pautal, incansavelmente apresentado por sucessivas gerações industriais. O dramático, o insuperável, o tremendo problema, como relembra João Burnay, consistia em que os Portugueses não conseguiam vender o que produziam⁴⁸. A solução mais expedita consistia naturalmente em tornar os produtos estrangeiros artificialmente caros. Em 1881 ninguém duvidava que a renegociação do tratado com a França se devia fazer num sentido proteccionista. Houve mesmo quem pretendesse que o Governo proibisse, pura e simplesmente, a entrada de mercadorias estrangeiras. A um António Augusto de Aguiar visivelmente irritado explicava um fabricante de carruagens que, assim como os poderes públicos, em Portugal, não podiam ser muito liberais, também os fabricantes não podiam ser muito livre-cambistas.

O *lobby* proteccionista mais activo era o da têxtil algodoeira. Em Lisboa, a existência da estamparia, tradicionalmente livre-cambista no que dizia respeito ao pano cru, baralhava um pouco os dados, mas no Norte toda a

⁴⁶ Em 1852, a associação reagiu mal à oficialização do ensino técnico, declarando que melhor fora que o governo lhe tivesse dado um subsídio, uma vez que os seus cursos nocturnos eram frequentados por centenas de alunos (ver *Jornal da Associação Industrial Portuense*, 1852-64).

⁴⁷ Dada a natureza da Maçonaria, não é fácil dizer quantos industriais lhe pertenceram, embora se tenha a impressão de que a organização foi importante. Não será porventura um acaso que Sebastião Magalhães de Lima, um maçã, tenha dirigido, durante vários anos, o *Comércio e Indústria*, onde colaboraram outros escritores conhecidos, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, Batalha Reis, L. Cordeiro, Pinheiro Chagas, etc. Ver F. Marques da Costa, «Liberdade ou morte, 1848-1851», in *Estudos de História de Portugal*, Lisboa, Estampa, 1983; J. Alves Dias, «A República e a Maçonaria», in *Nova História*, vol. 2, 1984, e A. H. Oliveira Marques, *Dicionário da Maçonaria*, Lisboa, Delta, 1986.

⁴⁸ Enquanto o custo do metro de pano português ficava, em 1881, por 645 réis, o inglês chegava a Portugal a 250.

gente clamava pela pauta. Ao contrário do que fizeram os seus colegas, Oliveira Martins não se limitou, no inquérito de 1881, a resumir as afirmações dos industriais, mas apresentou sugestões ao Governo. Numa passagem conhecida atacava, com particular veemência, a especialização produtiva que os estrangeiros estariam a tentar impor a Portugal, antes de criticar os altos funcionários da Alfândega, cujos interesses teriam influenciado negativamente a política fiscal seguida pelos anteriores governos. Apesar da sua declarada simpatia pelos industriais, não deixava de alertar para os perigos que a aplicação de taxas demasiado elevadas poderia causar ao País: «A pauta, levantando o preço das coisas, tornaria mais cara a vida, já onerada com o definhamento da agricultura, e para compensar esta face do quadro haveria apenas o enriquecimento dos capitalistas industriais, o pão distribuído a plebes operárias mais ou menos miseráveis e o contrabando activo e remunerador, exercendo-se, como em tantos casos se exerce, através de uma raia quase impossível de guardar.»⁴⁹ Na sua opinião, dever-se-iam satisfazer algumas das aspirações dos industriais, mas não dar-lhes tudo quanto queriam.

Em relação às outras reivindicações, pouco há a acrescentar, a não ser a necessidade de olhar com cautela as afirmações dos industriais quanto aos benefícios da instrução. Evidentemente, pedir escolas ao Estado ficava bem e não custava nada. Interessados em que o Estado lhes aumentasse a protecção pautal, era natural que os industriais desenterrassem o velho argumento das desvantagens comparativas em relação ao estrangeiro, no que dizia respeito à qualidade da mão-de-obra. Havia ainda a secreta esperança de que o ensino técnico servisse para criar um exército de operários qualificados, minando desta forma o controlo que aqueles trabalhadores ainda mantinham sobre os ofícios. Os delegados dos distritos de Braga, Viana e Aveiro viram o problema melhor do que os seus colegas, quando escreviam sobre as atitudes dos industriais: «Se o não repelem [o ensino profissional] dispensam-no sem lástima, se o pedem, é *pela toada*, é porque assim o têm ouvido dizer.»

A campanha proteccionista prolongar-se-ia no Parlamento e fora dele. Em 1881, num artigo publicado n' *A Revolução de Setembro*, M. Nunes Geraldes, de uma família têxtil da Covilhã, escrevia: «Hoje não é ontem. Em 1867, o País sujeitava-se, resignado, à experiência, embora temerária; hoje, escarmentado pelos duros ensinamentos dela, pronuncia-se unânime contra a renovação do tratado [com a França]. Como vimos, em 1886, depois de vários anos de pressão, os industriais têxteis obtinham muito daquilo por que tinham lutado: a redução dos direitos sobre a rama e a elevação dos direitos sobre os panos importados. Em 1887, a média dos dividendos distribuídos pelas empresas têxteis subiu logo a 10,44 %, um *plafond* jamais atingido. Faltava agora a imposição de tarifas semelhantes sobre os panos estrangeiros vendidos nas colónias africanas: não teriam de esperar muito tempo.

Nos finais da década de 1880, a correlação de forças alterara-se decididamente a favor dos industriais. Estes tinham agora a seu lado, na cruzada proteccionista, dois grupos poderosos: a lavoura cerealífera, agastada com anos de importação de trigo barato, e a viticultura, interessada em exportar vinho para África. Em 1889, o Governo de José Luciano dava aos lavradores alentejanos a ambicionada lei proteccionista. Alguns anos depois, em 1892, Oliveira Martins, efêmero ministro da Fazenda de um governo de sal-

⁴⁹ *Inquérito Industrial de 1881.*

vação nacional, publicava uma pauta em que se aumentavam os direitos sobre uma vasta gama de produtos importados e se taxavam os produtos estrangeiros enviados para as colónias.

De repente, todas as atenções pareciam concentrar-se em África. O número de brancos que ali residiam era ridiculamente baixo e os pretos pouco compravam, mas qualquer coisa era melhor do que nada. Foi durante estes anos, na atmosfera doentia da reacção ao Ultimatum, que nasceu a ideia do Império. Sem querer, os Ingleses tinham chamado a atenção dos Portugueses para os territórios que os seus antepassados haviam descoberto há séculos. Uma vez que o argumento para justificar a nossa presença em África era o da legitimidade histórica, mesmo que razões económicas a isso o aconselhassem, o País deixava de poder, de futuro, abandonar qualquer parcela colonial. Se queríamos ter um império, e os industriais queriam-no indubitavelmente, teria de ser unitário.

CONCLUSÃO

Em Portugal, o caminho que levava um pequeno fabricante a tornar-se um grande industrial deve ter sido particularmente estreito. Não seria difícil montar uma oficina com três ou quatro teares ou uma olaria de reduzidas dimensões; o mesmo se não passava com fábricas, obra de gente abastada, com fortunas feitas, em muitos casos, no Brasil. Estes grandes comerciantes constituíram um dos pilares fundamentais da industrialização portuguesa; o outro veio de fora. Ao ler a lista dos fundadores, deparam-se-nos sucessivas vagas de apelidos estrangeiros, os Grahams, os Daupias, os Schalks, os Peters, os Futchers, os Gilmans, os Garrecs, os Robinsons, etc. Era uma nova imigração, que se sucedia à promovida, cem anos antes, por Pombal. Muitos destes homens estavam ligados ao comércio, como sucedeu na cortiça, ou era gente estabelecida na indústria nos países de origem, como nas conservas. Havia ainda algumas famílias antigas, há muito vivendo num mundo à parte, casando-se entre si, confraternizando com diplomatas e mandando os filhos estudar lá fora. Finalmente, havia quem tivesse vindo como técnico, estabelecendo-se depois por conta própria.

Não foi apenas em Portugal que o contributo dos estrangeiros foi decisivo. Vários países europeus importaram ingleses para construir e dirigir as suas fábricas. A Áustria teve os seus Thorntons, a Checoslováquia os seus Evans, a França os seus Wilsons e a Bélgica os seus Cockerills. Em Portugal, contudo, muito há a estudar neste domínio: não só se desconhece o peso dos capitais estrangeiros no arranque industrial, como se ignora a forma como esta cultura empresarial foi sendo assimilada. A historiografia portuguesa tem-se preocupado mais em conhecer a forma como a concorrência estrangeira afectou a indústria nacional do que com o contributo que os estrangeiros deram à modernização do País⁵⁰. Como vimos, esse contributo não se limitou à vinda de empresários. Foi no estrangeiro que alguns tecelões exilados olharam pela primeira vez as máquinas de vapor que sonharam trazer para a Covilhã; de lá vieram os técnicos que acompanharam a ambicionada tecnologia; para lá foram mandados filhos e netos dos funda-

⁵⁰ O artigo de J. Amado Mendes contém informação útil sobre os estágios no estrangeiro ver (J. Amado Mendes, «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX», in *O Século XIX em Portugal*, Lisboa, Presença-GIS, 1979).

dores; visitadas por portugueses boquiabertos, as exposições internacionais mostravam o que se podia e devia fazer. Numa palavra, de fora nos veio muita da gente, das ideias, do capital, da tecnologia que estiveram na base do desenvolvimento nacional.

Verificámos não existir em Portugal uma burguesia industrial, mas industriais, com origens e tradições diversas. Poder-se-iam, desde logo, observar dois grupos: o dos grandes comerciantes e financeiros que, entre outros investimentos, também haviam colocado o seu capital em fábricas; e o dos indivíduos cuja existência dependia exclusivamente dos lucros obtidos na indústria. Os primeiros pertenciam à grande burguesia, que se misturava nos salões com lavradores, diplomatas, políticos e altos funcionários. Os segundos eram gente modesta, sem acesso ao poder político, limitada nas suas relações sociais. Mesmo dentro deste grupo, as diferenças eram consideráveis. Que unia o conde da Covilhã, solidamente implantado no seu bastião da lã, a José Pedro Colares, um capitão da indústria trabalhando num sector em desenvolvimento, a Araújo Guimarães, o emigrante que aplicara todo o seu capital numa fiação em Alcobaça, a António Pereira de Magalhães, atroando os ares com os seus protestos proteccionistas, a James Gilman, um filantropo que tentava conquistar os corações dos operários com piqueniques, a Francisco da Conceição Silva, o *parvenu* por excelência, a Francisco Rodrigues Tenório, o caixeiro andaluz que se transformara num dos maiores conserveiros da costa algarvia? Na verdade, muito pouco.

De entre os industriais mais ricos, dois casos são de realçar, o do conde de Burnay e o de Alfredo da Silva. Se reflectirmos sobre o segredo do seu excepcional êxito, depressa veremos que ele se liga, em grande medida, à sua relação com o Estado. Sem o seu papel como intermediário do Governo Português junto da banca internacional, nunca Burnay teria enriquecido como enriqueceu; por seu lado, Alfredo da Silva aproveitou-se genialmente da conjuntura proteccionista de finais de Oitocentos e, mais tarde, das leis sobre a Campanha do Trigo, para expandir os seus negócios. As suas trajectórias deixam-nos entrever também duas épocas. Apesar da sua forte personalidade, Burnay era um homem afável e conciliador: falava com os trabalhadores, sujeitava-se à maçada de comprar votos, divertia-se a organizar comemorações populares. Nada disto atraía Alfredo da Silva, que ambicionava viver numa sociedade onde não tivesse de discutir ordens e num regime que lhe garantisse a estabilidade. Henry Burnay foi um capitalista típico da amena década de 1880; Alfredo da Silva, um homem dos desvairados anos do início do século.

O elevado grau de concentração da indústria no têxtil criou fragilidades previsíveis. Esgotada a euforia provocada pela pauta de 1892, os industriais voltaram a ficar com as fábricas cheias de panos. A via da substituição das importações esbarrava nos estreitos limites do mercado interno. O mais dramático era que não se divisavam alternativas: o País apenas dispunha de dois sectores vocacionados para a exportação, mas um deles, o das conservas, tinha de contar com a irregularidade da pesca e o outro, as rolhas, estava a perder os mercados externos. Não é para admirar que muita gente se começasse a interrogar, no fim do século, sobre os méritos do modelo fontista e a advogar o regresso à vida rural e às delícias da indústria artesanal.

Ao longo dos anos, o atraso português tem sido fonte de constantes humilhações, especialmente sentidas por aqueles com possibilidade de fazer comparações. Alimentada a Proudhon e Comte, a geração de 1870 não podia

deixar de ter encarado o estado do País com amargura⁵¹. Retomando as velhas teses radicais, Antero de Quental resumiu, em 1871, o pensamento do grupo na conferência que proferiu no Casino Lisbonense, significativamente intitulada «Causas da Decadência dos Povos Peninsulares». Todo o mal remontaria, segundo ele, ao século XVII, quando o País teria abandonado as boas tradições, para se entregar ao espírito de conquista, à centralização e sobretudo à religião católica, na sua versão post-trentina. Fomentado pelo dogmatismo jesuíta, o obscurantismo alastrara, impedindo que o País se modernizasse: «À influência do espírito católico, no seu pesado dogmatismo, deve ser atribuído este adormecimento sonambulesco em face da revolução XIX, que é a nossa feição característica e nacional entre os povos da Europa.» O mal não estava fora, nas circunstâncias, mas dentro, nos espíritos. Desta tese central nasceu a pulsão voluntarista que atravessa toda a historiografia contemporânea, para a qual teria bastado que as classes dirigentes o quisessem, para que o País se modernizasse. Os limites naturais — a falta de matérias-primas, a qualidade do solo, a localização geográfica —, tão importantes durante o século XIX, foram minimizados por sucessivas gerações, para quem a modernização do País dependeria de uma mítica «reforma das mentalidades», que previsivelmente nunca teve lugar.

É evidente que certos factores de natureza cultural, entre os quais a «mentalidade» dos industriais, terão influenciado, de forma negativa, o desenvolvimento do País. Não se pode contudo aceitar que o tenham feito em exclusividade ou sequer que tenham sido determinantes. Pudessem os industriais ter tido acesso a mercados mais amplos e conseguido obter capital mais barato, e teríamos porventura visto surgir uma classe industrial tão sólida, empreendedora e culta quanto as demais.

Quanto à popular tese de que o País se não desenvolveu porque o Estado oitocentista falhou no campo educativo só parcialmente é verdadeira. Independentemente do peso que se possa atribuir à formação intelectual no processo de desenvolvimento, importa destacar que o maior estrangulamento se não verificava no topo, onde existia uma *élite* educada, nem na base, onde a mão-de-obra não constituía qualquer problema, mas a nível intermédio: aquilo de que o País precisava era de indivíduos capazes de compreender o que uma fábrica exigia em disciplina, ritmos e eficiência. Seja como for, a educação não constituiu a principal causa do atraso português. Um aumento maciço de instrução, fosse a que nível fosse, poucos efeitos teria tido, num país onde tudo faltava. Poder-se-iam ter formado capatazes; poder-se-ia ter melhorado a «mentalidade» dos capitalistas; poder-se-ia ter ensinado os trabalhadores a ler, escrever e contar. No fim, tudo isto teria tido um impacte mínimo. Em muitas das discussões académicas sobre o tema é visível a tentação de se encontrar uma explicação singular, capaz de pôr o dedo na raiz do mal, ou de, pelo menos, descobrir uma hierarquia causal, devidamente arrumada de forma a poder ser tratada quantitativamente. No meio destes exercícios esquece-se frequentemente que o momento, os ritmos e a direcção do desenvolvimento dependem de uma variedade de factores complexos, os quais, se assepticamente isolados, acabam por perder o sen-

⁵¹ Frequentemente, esquece-se que os escritos da geração de 1870, que tanto têm influenciado a forma como ainda hoje se estuda o período, eram um repto às instituições estabelecidas. Até certo ponto, Antero de Quental, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão consideravam que Portugal não tinha salvação, porque não os chamara a eles, mas a arrivistas sem mérito, para dirigir os seus destinos. Neste sentido, alguns dos homens de que nos ocupámos eram, na prática, os seus rivais: como tal foram tratados.

tido. Em última análise, o País teve a educação que o seu estágio de desenvolvimento lhe permitia: como este, foi incipiente.

Uma outra particularidade da indústria portuguesa consistia na sua enorme dependência do Estado. De uma forma ou de outra, quase todos os sectores estavam subordinados às acções do poder político. Nos tabacos, era o Estado quem escolhia os concessionários; nos têxteis, era ele quem decidia o nível das barreiras alfandegárias; na metalurgia, era das suas opções que dependia a prosperidade das grandes empresas. O Estado fazia e desfazia fortunas.

O tipo de relações que os industriais mantinham com o poder político variava segundo o sector, o local e a dimensão das empresas. António Centeno, Pedro Daupias ou Duarte Pinto Basto não teriam qualquer dificuldade em ter acesso aos governos. No caso de Henry Burnay ou de Isidoro Viana, as relações eram particularmente íntimas, para não dizer promíscuas: o Estado dependia deles para o equilíbrio das suas finanças e eles precisavam do Estado para os seus negócios⁵². No pólo oposto, os industriais do têxtil, particularmente os do Porto, olhavam para o Estado como um Deus longínquo, que lhes mandava a chuva e o bom tempo, sem que ninguém percebesse os motivos.

Desde sempre considerável, o grau de dependência em relação ao Estado aumentou com os anos. No domínio da legislação laboral pouco havia a exigir, uma vez que há muito existia uma lei proibindo as práticas restritivas no acesso aos ofícios, o que teoricamente impedia a organização de associações operárias de carácter reivindicativo. Por outro lado, a recente legislação sobre o trabalho das mulheres e dos menores não afectava os patrões, pois o Estado não dispunha de meios nem de vontade para a pôr em execução. Todavia, no capítulo da intervenção das forças repressivas, a dependência cresceu. A estratégia patronal de recrutamento de «amarelos» durante as greves só podia vingar desde que o Estado estivesse disposto a apoiá-los, uma vez que os piquetes operários eram geralmente mais do que suficientes para desencorajar os «traidores». Finalmente, conseguidas as pautas, os industriais não tardaram a descobrir novos defeitos na concorrência, desta vez interna. Na viragem do século houve quem começasse a pedir ao Estado que regulamentasse a «concorrência desenfreada» que grassava pelo País: numa palavra, uma vez dentro, os industriais queriam que alguém fechasse as portas do mercado. Mas teriam de aguardar algumas décadas antes que o poder político lhes desse o sonhado condicionamento industrial.

Globalmente considerada, a influência da indústria sobre as decisões públicas não parece ter sido grande. Bastará ver o que sucedeu, em 1866 e 1892, com os tratados de comércio. No primeiro caso, apesar de os industriais terem reivindicado, em comícios ruidosos, que o Estado os protegesse com pautas elevadas, nada obtiveram: outros interesses, mais poderosos, se lhe opunham. Só em 1892 tiveram os industriais aquilo por que tinham vindo a lutar; e conseguiram-no, porque, desta vez, a lavoura estava a seu lado. Pouco mais se poderá acrescentar, uma vez que tópicos tão importantes quanto os efeitos da política fiscal ou monetária sobre a indústria se encontram por investigar. Vários assuntos merecem aliás ser aprofundados, nomeadamente a relação dos

⁵² A forma como foram adjudicadas as obras públicas constitui, só por si, um interessante objecto de estudo. Mesmo sendo verdade que uma grande parte das infra-estruturas construídas durante este período foi entregue a estrangeiros, houve sempre parceiros nacionais, cuja prosperidade se encontrava dependente das opções governamentais.

industriais com os outros grupos sociais, a questão da sucessão, o comportamento político. A ideia de que, mal enriqueciam, os industriais se preocupavam em copiar o estilo de vida dos aristocratas, afastando-se das austeras virtudes das classes médias, tem vindo a ser posta em dúvida em livros recentes publicados no estrangeiro. Sobre o que se terá passado em Portugal, pouco se sabe, sendo, no entanto, plausível pensar-se que, num país em que os industriais eram fracos, as tentações fossem maiores. Todavia, será preciso ter cautela: é verdade que alguns industriais compraram quintas, um facto geralmente tido como prova da sua vontade de consagração social, mas isso pouco prova, quando o investimento agrícola era não só mais seguro, como mais rendável. Obscurecidos pelos gestos excêntricos dos grandes senhores da terra e pelas lutas comovescentes do proletariado, os industriais só recentemente despertaram o interesse dos académicos. Neste primeiro trabalho sobre os pais-fundadores portugueses limitámo-nos a analisar os «generais» da indústria, os grandes industriais que emergiram entre 1870 e 1914. A esta primeira incursão outros estudos se seguirão, de forma a permitir-nos compreender melhor o processo de modernização da sociedade portuguesa.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

I. Bibliografia estrangeira

1. LIVROS

- H. G. J. Aitken, *Explorations in Enterprise*, Harvard University Press, 1967.
 J. Attali, *Un Homme d'Influence: Sir Siegmund G. Warburg, 1902-1982*, Paris, Fayard, 1985.
 P. Bairoch, *Commerce Extérieur et Développement Économique de l'Europe au XIX Siècle*, Paris, Mouton, 1976.
 T. C. Barker e J. R. Harris, *A Merseyside Town in the Industrial Revolution: St. Helens (1750/1900)*, Londres, Frank Cass, 1959.
 R. Bendix, *Work and Authority in Industry*, N. Y., Harper and Row, 1956.
 L. Bergeron, *Les Capitalistes en France (1780-1914)*, Paris, Gallimard, 1978.
 T. B. Bottomore, *Elites and Society*, Penguin, 1964.
 I. C. Bradley, *Enlightened Entrepreneurs*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1987.
 C. Calhoun, *The Question of Class Struggle*, Oxford, Blackwell, 1982.
 E. C. Carter, R. Foster e J. Moody, *Entreprise and Entrepreneurs in Nineteenth and Twentieth-Century France*, The John Hopkins University Press, 1976.
 P. Caspard, *La Fabrique Neuve de Cortaillod (1752-1854), Entreprise et Profit pendant la Révolution Industrielle*, Paris, Sorbonne, 1979.
 A. D. Chandler, *The Visible Hand*, Harvard University Press, 1977.
 S. D. Chapman, *The Early Factory Masters: the transition to the factory system in the Midlands textile industry*, Londres, Newton Abbot, 1967.
 S. Chassagne, *Oberkampf, un entrepreneur capitaliste du siècle des Lumières*, Aubier, Montaigne, 1980.
 F. Collier, *The Family Economy of the Working Classes in the Cotton Industry*, Manchester University Press, 1964.
 F. Crouzet, *The First Industrialists*, Cambridge University Press, 1985.
 L. Davidoff e C. Hall, *Family Fortunes*, Londres, Hutchinson, 1987.
 T. M. Devine, *The Tobacco Lords*, Edimburgo, J. Donald, 1975.
 C. Fohlen, *L'Industrie Textile au Temps du Second Empire*, Paris, Plon, 1956.
 R. Floud, *The British Machine Tool Industry (1850-1914)*, Cambridge University Press, 1976.
 A. Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective*, Harvard University Press, 1962.
 H. G. Gutman, *Work, Culture and Society in Industrializing America*, Nova Iorque, Vintage, 1977.
 W. O. Henderson, *Britain and Industrial Europe, 1750-1850*, Leicester University Press, 1972.

- E. J. Hobsbawm, *The Age of Capital, 1848-1875*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1975.
 Id., *The Age of Empire (1875-1914)*, Londres, Weidenfeld, 1987.
 A. Howe, *The Cotton Masters (1830-1860)*, Oxford University Press, 1984.
VIII International Economic History Congress, Budapeste, 1982.
 F. C. Jaher, *The Rich, the Well-Born and the Powerful*, University of Illinois Press, 1973.
 E. L. Jones e G. E. Mingay, *Land, Labour and Population in the Industrial Revolution*, Londres, Edward Arnold, 1967.
 P. Joyce, *Work, Society and Politics*, Londres, Methuen, 1982.
 D. S. Landes, *The Unbound Prometheus*, Cambridge University Press, 1969.
 Y. Lequin, *Histoire des Français (XIX-XX Siècles)*, Paris, Armand Colin, 1983.
 P. Mantoux, *La Révolution Industrielle au XVIII siècle*, Paris, 1959.
 Karl Marx, *Capital*, Londres, Lawrence and Wishart, 1970.
 C. Wright Mills, *The Power Elite*, Oxford University Press, 1956.
 G. Myers, *History of the Great American Fortunes*, Nova Iorque, The Modern Library, 1907.
 J. Nadal, *El Fracaso de la Revolución Industrial en España, 1814-1913*, Barcelona, Ariel, 1975.
 R. Nurkse, *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*, Oxford, Basil Blackwell, 1958.
Le Patronat de la Seconde Industrialisation, «Cahiers du Mouvement Social», n.º 4, 1979.
 P. L. Payne, *British Entrepreneurship in the Nineteenth Century*, Londres, MacMillan, 1974.
 M. J. Piore e C. F. Sabel, *The Second Industrial Divide*, Nova Iorque, Basic Books, 1984.
 S. Pollard, *The Genesis of Modern Management*, Londres, E. Arnold, 1965.
 Id., *Peaceful Conquest*, Oxford, University Press, 1981.
 R. Priouret, *Origines du Patronat Français*, Paris, B. Grasset, 1963.
 W. M. Reddy, *The Rise of Market Culture: The Textile Trade and French Society, 1750-1900*, Cambridge University Press, 1984.
 W. D. Rubinstein, *Men of Property*, Londres, Croom Helm, 1981.
 Id., *Wealth and the Wealthy in the Modern World*, Londres, Croom Helm, 1980.
 D. Savage, *Founders, Heirs and Managers: French Industrial Leadership in Transition*, Londres, Sage, 1979.
 J. A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, Londres, Unwin, 1943.
 J. Scott, *The Upper Classes*, Londres, MacMillan, 1982.
 W. C. Scoville, *Capitalism and French Glassmaking (1640-1789)*, University of California Press, 1950.
 M. Smith, *Tariff Reform in France (1860-1900)*, Cornell University Press, 1980.
 W. Sombart, *El burgés*, Madrid, Alianza, 1972 (1.ª ed.: 1913).
 A. J. Taylor, *Laissez-Faire and State Intervention in Nineteenth-Century Britain*, Londres, MacMillan, 1972.
 F. M. L. Thompson, *English Landed Society in the Nineteenth Century*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1963.
 T. Veblen, *The Theory of Business Enterprise*, Mentor, 1932 (1.ª ed.: 1904).
 Id., *The Theory of the Leisure Class*, Londres, Unwin, 1925 (1.ª ed.: 1899).
 M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, Londres, Unwin, 1917 (1.ª ed.: 1904).
 T. Zeldin, *France (1848-1945)*, Oxford University Press, 1979.

2. ARTIGOS

- P. Bourdieu e Monique de Saint Martin, «Le patronat», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.ºs 20-21, Março/Abril de 1978.
 K. Burgess, «Authority relations and the division of labour in the British industry with special reference to Clydeside», in *Social History*, n.º 2, 1986.
 C. Charle, «Le milieux d'affaires dans la structure de la classe dominante vers 1900», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.ºs 20-21, Março/Abril de 1978.
 J. P. Chaline, «Les industriels normands: un patronat sans dynasties?», in *Le Mouvement Social*, n.º 132, Julho/Setembro de 1985.
 S. Clark, «Nobility, Bourgeoisie and the Industrial Revolution in Belgium», in *Past and Present*, n.º 105, 1984.
 A. W. Coats, «Changing attitudes to labour in the mid XVIII Century», in *Economic History Review*, vol. xi, n.º 1, 1958.
 I. Cohen, «American management and British labour: Lancashire immigrant spinners in industrial New England», in *Comparative Studies in Society History*, n.º 4, Outubro de 1985.
 D. C. Coleman, «Gentlemen and players», in *Economic History Review*, vol. xxvi, 1973.

- D. C. Coleman e C. Macleod, «Attitudes to new techniques. British businessmen, 1800-1950», in *The Economic History Review*, n.º 4, 1986.
- H. I. Dutton e J. E. King, «The limits of paternalism: the cotton-tyrants of North Lancashire, 1836-54», in *Social History*, n.º 1, Janeiro de 1982.
- M. Hau, «La longévité des dynasties industrielles alsaciennes», in *Le Mouvement Social*, n.º 132, Julho/Setembro de 1985.
- J. P. Hirsch, «La région lilloise foyer industriel ou place de négoce?», in *Le Mouvement Social*, n.º 132, Julho/Setembro de 1985.
- E. L. Jones, «Industrial capital and landed investment: the Arkwrights in Heresfordshire, 1809-43», in E. L. Jones e G. E. Mingay, *Land, Labour and Population in the Industrial Revolution*, Londres, Arnold, 1967.
- D. Landes, «French entrepreneurship and industrial growth in the Nineteenth Century», in *Journal of Economic History*, n.º 9, 1949.
- Id., «What do bosses really do?», in *The Journal of Economic History*, n.º 3, Setembro de 1986.
- S. Marglin, «What do bosses do?», in *The Review of Radical Political Economy*, n.º 6, 1974.
- Le Mouvement Social*, n.º 136, Julho/Setembro de 1986 (número especial dedicado à burguesia alemã, 1830-1933).
- P. Richards, «The State and early industrial capitalism: the case of the handloom weavers», in *Past and Present*, n.º 83, 1979.
- D. Reid, «Industrial paternalism: discourse and practice in Nineteenth-Century French mining and metallurgy», in *Comparative Studies in Society and History*, n.º 4, Outubro de 1985.
- R. Rodger, «Mid-Victorian employers' attitudes», in *Social History*, n.º 1, Janeiro de 1986.
- W. D. Rubinstein, «Wealth, elites and the class structure of Modern Britain», in *Past and Present*, n.º 76, 1977.
- Id., «Education and the social origins of the British elites, 1880-1970», in *Past and Present*, n.º 112, Agosto de 1986.
- C. Sabel e J. Zeitlin, «Historical alternative to mass production: politics markets and technology in Nineteenth-Century industrialization», in *Past and Present*, n.º 108, Agosto de 1985.
- L. G. Sandberg, «Ignorance, poverty and economic backwardness in the early stages of European industrializations», in *The Journal of European History*, 3, 1982.
- A. H. Yarmie, «British employers' resistance to grandmotherly government, 1850-80», in *Social History*, n.º 2, Maio de 1984.
- Id., «Employers ideology and social conflict, a reply to Richard Rodger», in *Social History*, n.º 2, 1986.

II. Bibliografia sobre Portugal

1. FONTES PRIMÁRIAS

LIVROS E OPÚSCULOS

- E. Ackerman, *Le Portugal Moderne*, Paris, 1907.
- L. V. d'Afonseca, *Portugal e os Direitos Protectores*, Lisboa, s. d.
- Álbum Comemorativo da Companhia União Fabril*, Lisboa, 1945.
- Sebastião Betâmio de Almeida, *Relatório sobre a Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.
- João de Sousa Amado, *Um Voto contra o Restabelecimento do Monopólio do Tabaco*, Lisboa, 1871.
- A. Andrade, *Portugal Económico*, 1902 (1.ª ed.); 1918 (2.ª ed.).
- Id., *Relatórios e Propostas da Fazenda*, Coimbra, 1911.
- P. Brito Aranha, *Memórias Histórico-Estatísticas*, Lisboa, 1871.
- M. Araújo, *Indústrias de Braga*, s. d.
- A. J. Arroio, *Relatórios sobre o Ensino Elementar Industrial e Comercial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.
- J. Arroio, *A Questão dos Tabacos, Discurso Pronunciado na Câmara dos Senhores Deputados nas Sessões de 26 e 27 de Abril de 1889*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- Ateneu Comercial do Porto, no 50.º Aniversário da Sua Fundação (1869-1919)*, 1919.
- J. Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, Gráfica de Leiria, 1977.
- C. Silva Barros, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, II Centenário*, Lisboa, FEIS, 1969.
- C. Bastos, *Associação Comercial do Porto*, Porto, 1947.

Id., *O Comércio e a Indústria Têxtil em Portugal*, Porto, 1950.

Oliveira Bello, *Situação Económica do País, Vantagens e Inconvenientes do Protecçãoismo em Que Vivemos*, Congresso Nacional de Lisboa e Associação Comercial de Lisboa, 1909.

Breve Memória sobre a Parceria Mercantil da Fábrica de Fiação a Vapor em Salgueiros, 1873/1885.

Burnay, conde de, *A Eleição de Tomar*, Círculo n.º 85, Lisboa, 1893.

Id., *Quelques Considérations sur la Situation Financière du Portugal*, Paris, 1897.

Ezequiel de Campos, *O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa através dos Séculos*, Lisboa, Ocidente, 1943.

B. Carqueja, *O Capitalismo Moderno em Portugal*, Porto, Lello, 1908.

Id., *O Imposto e a Riqueza Pública em Portugal*, Porto, 1898.

Id., *O Povo Português*, Porto, Lello, 1916.

Tomás de Carvalho, *O Monopólio do Tabaco, Discurso Pronunciado na Câmara dos Srs. Deputados na Sessão de 16 de Julho de 1860*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, 1845-1869, Lisboa, 1969.

Cinquenta anos da CUF no Barreiro, 1958.

Ferreira Dias, *Linha de Rumo*, Lisboa, Clássica Editora, 1945.

A. Malheiro Dias, *A Pauta das Alfândegas*, Porto, 1881.

M. A. Espregueira, *Contrato dos Tabacos, Relatório, Proposta de Lei e Documentos Relativos às Negociações para o Exclusivo do Fabrico e Conversão das Obrigações (Sessão na Câmara dos Deputados de 26 de Abril de 1905)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

Id., *Negociações para o Convénio sobre a Dívida Externa Portuguesa, Discurso Proferido na Câmara dos Srs. Deputados na Sessão de 20 de Março de 1901*, Lisboa, 1902.

Id., *O Novo Contrato dos Tabacos, a Discussão nas Câmaras dos Deputados e Pares: Empréstimos de 1891 e 1896*, Lisboa, 1907.

O Estado dos Maquinismos na Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, Lisboa, 1872.

Estatutos da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas, 1858.

Estatutos da Companhia de Tabacos de Portugal, Lisboa, 1894.

Fábrica, Ordens de Serviço, Avisos e Circulares, Lisboa, Companhia dos Tabacos de Portugal, 1907.

Alphonse Figueiredo, *Le Portugal*, Lisboa, 1873.

Cândido de Figueiredo, *A Liberdade da Indústria nas Suas Relações com a Política e com a História da Civilização*, Porto, 1872.

A. Fuschini, *O «Convénio» sobre a Dívida Externa, Discurso Proferido na Câmara dos Srs. Deputados na Sessão de 21 de Maio de 1901*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

Id., *Liquidações Políticas*, Lisboa, 1896.

Id., *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa, 1899.

F. Ressano Garcia, *O Monopólio dos Tabacos, Discurso Proferido na Câmara dos Senhores Deputados nas Sessões de 19 de Julho de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.

M. Nunes Galdes, *A Indústria em Portugal: a propósito do Tratado de Comércio com a França*, Porto, 1881.

Id., *Monografia sobre a Indústria do Linho no Distrito de Braga*, Coimbra, 1913.

M. Azevedo Gomes, *A Situação Económica da Agricultura Nacional*, 1920.

L. Quartim Graça, *Os Adubos em Portugal*, 1939.

Grande Congresso Nacional de Lisboa em 1909, Associação Comercial de Lisboa, 1909.

L'Institut Industriel do Porto, Porto, 1873.

Felizardo Lima, *Resumo da História Contemporânea do Proletariado Português (1833-1897)*, Porto, 1897.

J. M. Rego Lima, *Algumas Palavras sobre as Condições da Adaptação da Indústria Siderúrgica em Portugal*, Lisboa, 1890.

O Livro de Ouro das Conservas de Peixe, 1938.

António Sousa Macedo, *Estatísticas das Fábricas do Distrito de Leiria*, 1855.

B. Machado, *A Indústria, o Ministério das Obras Públicas em 1893*, Coimbra, 1898.

A. Pereira de Magalhães, *Anarquia Pautal: Exigência dos Estampadores*, Porto, 1887.

Id., *Os Convertidos do Livre-Câmbio: Defesa do Trabalho pela Pauta*, Porto, 1888.

Id., *A Indústria Escravizada pela Liberdade*, Porto, 1867.

Id., *Insistência*, Porto, 1885.

Id., *A Ciência Económica de Asneiros*, Porto, 1884.

J. Calvet de Magalhães, *Inquérito às Fábricas de Moagens*, 1890.

Oliveira Marreca, *Obra Económica*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1983.

J. P. Oliveira Martins, *A Circulação Fiduciária*, Lisboa, Guimarães, 1955.

Id., *A Província*, Lisboa, Guimarães, 1959.

Id., *O Repórter*, Lisboa, Guimarães, 1957.

A. Monteiro, *Indústria Corticeira*, Lisboa, 1905.

H. Moreira, *Influência das Máquinas sobre o Progresso Económico*, Porto, 1868.

- E. Navarro, *Burnay, Série de Artigos Publicados nas «Novidades»*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1895.
- L. Firmino de Oliveira, *Indústria Algodoeira*, Porto, 1904.
- Id., *Memória da Companhia do Rio Ave*, 1908.
- Ramalho Ortigão, *As Farpas*, Lisboa, Clássica Editora, 1942.
- J. Campos Pereira, *Portugal Industrial*, Lisboa, 1919.
- G. Pery, *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.
- J. Azambuja Proença, *A Indústria de Tecidos de Lã em Portugal: Algumas Considerações sobre o Seu Atraso e Estacionamento*, Belém, 1884.
- Quelques Mots sur l'Organisation Associative de l'Industrie Cotonnière dans le Nord du Portugal*, Porto, 1905.
- Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, Porto, Lello, 1969.
- A. de Quesada, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*, 1871.
- Regulamento para a Fiscalização das Fábricas de Tabaco do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.
- Regulamentos: Condições do Serviço Interno das Fábricas, Trabalho dos Operários, Penas Disciplinares, Motivos de Suspensão e Despedida, Caixas de Socorros e de Reformas*, Lisboa, Companhia de Tabacos de Portugal, 1892.
- Relação dos Accionistas da Companhia dos Tabacos de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.
- Relatório acerca da Exposição Industrial de Guimarães*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.
- Relatório da Administração da Companhia de Fiação e Tecidos de Lisboa, 1884-1903*.
- Relatório da Comissão dos Industriais do Porto Enviado à Exposição Universal de Londres em 1862 pela Associação Industrial Portuense*, Porto, 1863.
- Relatório da Direcção da Companhia de Fiação de Tecidos de Coimbra e Parecer do Conselho Fiscal*, Coimbra, 1887.
- Relatório da Direcção da Companhia de Lanifícios de Lordelo*, Porto, 1864.
- Relatório da Direcção da Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões, 1883-1889*.
- Relatório da Direcção da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas*, Lisboa, 1884.
- Relatório da Direcção da Companhia da Real Fábrica de Fiação de Tomar, 1885-1917*.
- Relatório da Direcção da União dos Industriais do Norte*, 1900.
- Relatório e Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- Relatório e Orçamento para Uma Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão no Rio Alva*, Coimbra, 1889.
- Relatório, Parecer Fiscal e Documentos do Conselho de Administração. 1.º Exercício 1891-1892 e 2.º Exercício 1892/3*, Lisboa, Companhia dos Tabacos de Portugal, 1892-93.
- Reportório da Legislação, Acórdãos e Resoluções Administrativas sobre Tabaco (a partir do Ano de 1858)*, Companhia dos Tabacos de Portugal, 1896.
- Agostinho Roxo, *Relatório sobre a Indústria de Chapelaria*, Lisboa, 1866.
- A. Oliveira Salazar, *A Questão Cerealífera, O Trigo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916.
- J. A. Silva Cordeiro, *A Crise em Seus Aspectos Morais*, Coimbra, 1896.
- J. Fradesso da Silveira, *As Fábricas de Portugal*, Lisboa, 1864.
- Id., *A Liberdade do Comércio e a Protecção das Indústrias*, Lisboa, 1862.
- J. M. de Oliveira Simões, *Trabalho dos Adultos na Indústria*, Coimbra, 1896.
- Situação da Indústria Nacional, Males e Remédios*, Associação Industrial Portuense, 1910.
- J. Oliveira Soares et alia, *Produção e Indústria Corticeira*, Lisboa, 1912.
- J. Oliveira e Sousa, *A Questão Corticeira*, Lisboa, 1911.
- H. Pereira Taveira, *Indústria Algodoeira*, 1928.
- L. Torres, *A Defesa do Trabalho Nacional*, Porto, 1879.

ARTIGOS

- «Estatística industrial, ano de 1917», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116, 1926.
- L. Ferreira Girão, «A indústria da chapelaria, 1.ª circunscrição», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 61, 1911.
- «Homenagem a Alfredo da Silva», in *Boletim do Sindicato Nacional dos Comerciantes*, Lisboa, 1952.
- «A indústria da conserva de sardinhas», in *Indústria Portuguesa*, n.º 10, 1928.
- «A indústria de lanifícios em Moimenta da Serra», in *Indústria Portuguesa*, n.º 10, 1928.
- «Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49, 1910.

Evélio Soares Lima, «Estudo sobre a indústria manual e mecânica de pregaria (tachão) no distrito de Braga e na cidade do Porto», in *Boletim da Direcção-Geral da Indústria*, Outubro de 1940.

«Inquérito às indústrias nacionais», in *O Século*, Maio de 1906.

G. Pery, «Estudos económicos: o comércio externo de Portugal de 1800 a 1890», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 4, Julho-Dezembro de 1979.

M. Caetano de Oliveira, «Indústria algodoeira», in *Indústria Portuguesa*, n.º 9, 1928.

J. M. de Oliveira Simões, «A evolução da indústria portuguesa», in *Notas sobre Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

Id., «Escoço de alguns aspectos da indústria fabril portuguesa», in *Boletim do Trabalho Industrial*, 1913.

Hermínio Costa e Sousa, «Monografia sobre a indústria da cutilaria», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 114, 1918.

Romão, visconde de Vilarinho, «Relatório dos serviços da 1.ª Circunscrição dos Serviços Técnicos de Indústria no ano de 1907», in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 13, 1907.

INQUÉRITOS E PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Catálogo da Exposição Nacional das Indústrias Fabris, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.

Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1897 no Palácio de Cristal Portuense, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.

Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto em 1865, Porto, 1865.

Informações para a Estatística Industrial Publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas, Distrito de Aveiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

Informações para a Estatística Industrial Publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas, Distrito de Leiria e Funchal, 1863.

Inquérito Industrial de 1865, Actas das Sessões da Comissão do Inquérito, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

Inquérito Industrial de 1881, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-82.

Inquérito Industrial de 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

Inquérito sobre as Condições de Trabalho Manual nas Fábricas de Tabaco e Situação dos Respectiveiros Operários, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887.

Inquérito sobre o Estado da Indústria de Tecelagem na Cidade do Porto e Situação dos Respectiveiros Operários, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

Relatórios da Exposição Industrial Portuguesa em 1891 no Palácio de Cristal Portuense, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

Relatório da Repartição das Manufacturas do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Apresentação à Câmara dos Deputados pelo Ministro e Secretário de Estado Respectivo, Lisboa, 1857.

Relatório do 6.º Grupo de Exposição Industrial Portuense, de 1861, Porto, 1862.

LIVROS DE ESTRANGEIROS SOBRE PORTUGAL

J. Forrester, *The Oliveira Prize Essay on Portugal*, 1853.

A. Marvaud, *Le Portugal et Ses Colonies*, Paris, Felix, Colonies, 1912.

A. Marvaud e A. E. Sayous, *Notre Commerce avec l'Espagne et le Portugal*, Paris, 1909.

L. Poinard, *Le Portugal Inconnu*, 1910.

Id., *Portugal Ignorado*, Porto, 1912.

C. Vogel, *Le Portugal et ses colonies*, Paris, 1860.

ENCICLOPÉDIA E DICIONÁRIOS BIOGRÁFICOS

Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Lisboa, 1904.

A. Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1876.

A. H. Oliveira Marques, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, Delta, 1986.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, Ed. Enciclopédia, s. d.

IMPRENSA

Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, 1822, 1823-26, 1840-51.

Boletim da Associação Industrial Portuguesa, n.º 1, 1897.

Boletim do Ateneu Comercial do Porto, 1891.

A Carteira Biográfica, 1885.

Civilização e Progresso, 1865.

Comércio e Indústria, 1880-1910.

Comércio de Lisboa, 1878.

Comércio de Portugal, 1879-97.
O Contemporâneo, 1876-78; 1880; 1882-85.
O Correio Mercantil, 1862.
O Correio Português, 1884-86.
Le Courier de Lisbonne, 1870.
A Gazeta das Fábricas, 1856-66.
A Gazeta do Operário, 1865.
A Indústria Nacional, 1867.
A Indústria Portuguesa, 1899.
Jornal da Associação Industrial Portuense, 1852-64.
Jornal do Centro Promotor, 1853-54.
Progresso Industrial, 1896.
Revista das Obras Públicas e Minas, 1870-1914.
Revista Popular, 1849-52.
Revista Universal Lisbonense, 1841-57.

MEMÓRIAS

R. Brandão, *Memórias*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1985.
 Branca de Gonta Colaço, *Memórias da Marquiza de Rio Maior*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1930.
 F. Cunha Leal, *Coisas de Tempos Idos, As Minhas Memórias, Romance Duma Época, Duma Família e Duma Vida de 1888 a 1917*, Lisboa, 1966.
Memórias do Professor Tomás de Mello Breyner, 4.º Conde de Mafra, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1930-34.
Memórias do Sexto Marquês de Lavradio, Lisboa, Ática, 1947.
 L. A. Palmeirim, *Os Excêntricos do Meu Tempo*, Lisboa, 1891.
 E. Schwalbach, *A Lareira do Passado*, Lisboa, 1944.

VÁRIA

A. Dias Miguel, *Alfredo da Silva*, 1971 (obra inédita).
 A. Sande e Castro, *A Granja de Todos os Tempos*, Câmara Municipal da Granja, 1973.
O Turf Clube e a Sua História, 1883/1973, Crónica da Vida Lisboaeta e das Origens do Desporto Hípico em Portugal, Lisboa, 1973.

2. FONTES SECUNDÁRIAS

LIVROS

Banco Borges e Irmão, 1884-1984, Porto, 1984.
 M. Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1976.
 Id., *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico*, Lisboa, Regra do Jogo, 1979.
 J. Capela, *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias*, Porto, Afrontamento, 1975.
 Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1986.
 Armando de Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Dom Quixote, 1971.
Cem Anos do Banco Nacional Ultramarino na Vida Portuguesa, Lisboa, 1964.
 G. Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975, A Study in Economic Imperialism*, Manchester University Press, 1973.
 L. F. Carvalho Dias, *História dos Lanifícios (1750-1834)*, Lisboa, 1958.
 J. Ferreira Gomes, *Estudos para a História da Educação no Século XIX*, Coimbra, Almedina, 1980.
 M. Silva Guimarães, *História de Uma Fábrica, a Real Fábrica de Fiação de Tomar*, Junta Distrital de Santarém, 1976.
 V. Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Arcádia, 1971.
Histórias do Banco FONSECAS e BURNAY, Lisboa, 1986.
 J. Borges de Macedo, *Estrangeirados: Um Conceito a Rever*, Campo Livre, s. d.
 Id., *Problema da História de Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, Quercus, 1982.
 H. Makler, *A Elite Industrial Portuguesa*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1969.
 F. Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
 L. M. Amado Mendes, *A Área Económica de Coimbra, Estrutura e Desenvolvimento Industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984.

- M. Filomena Mónica, *Artesãos e Operários*, Lisboa, ICS, 1986.
 Id., *A Formação da Classe Operária em Portugal*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1982.
 F. Pereira de Moura, *Por onde Vai a Economia Portuguesa?*, Lisboa, Seara Nova, 1973.
 J. M. Esteves Pereira, *A Indústria Portuguesa: Subsídios para a Sua História*, Lisboa, Guimarães, 1979.
 M. Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa, 1983.
 Id., *Política e Economia*, Lisboa, Horizonte, 1979.
 J. Serrão (org.), *Antero de Quental, Prosas Sócio-Políticas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982.
 J. Serrão e G. Martins, *Da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Horizonte, 1979.
 J. Serrão, *Temas Oitocentistas*, Lisboa, Horizonte, 1978.
 S. Sideri, *Comércio e Poder*, Lisboa, Cosmos, 1978.

ARTIGOS

- L. Ferrand de Almeida, «A Fábrica de Vidros da Marinha Grande em 1774», in *Revista Portuguesa de História*, vol. XVIII, 1980.
 Armando de Castro, «Fábricas», in *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1984.
 F. Marques da Costa, «Aspectos da vida de um burgês (1870-1915)», in *O Século XIX em Portugal*, Lisboa, Presença/GIS, 1979.
 Id., «Liberdade ou morte (1848-1851)», in *Estudos de História de Portugal*, Lisboa, Estampa, 1983.
 J. Alves Dias, «A República e a Maçonaria», in *Nova História*, n.º 2, 1984.
 V. Magalhães Godinho, «Finanças públicas e Estado», in *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1984.
 Pedro Lains, «As exportações portuguesas: 1850-1913, a tese da dependência revisitada», in *Análise Social*, n.º 91, 1986.
 J. Borges de Macedo, «Burguesia na época moderna», in *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1984.
 Id., «Para o encontro de uma dinâmica concreta na sociedade portuguesa (1820-1836)», in *Revista Portuguesa de História*, vol. XVII, 1977.
 J. M. Amado Mendes, «A indústria portuguesa no século XIX: achegas para o seu estudo», in *Prelo*, n.º 7, 1985.
 Id., «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX», in *O Século XIX em Portugal*, Lisboa, Presença/GIS, 1979.
 J. Machado Pais *et alia*, «O fascismo nos campos em Portugal, a Campanha do Trigo», in *Análise Social*, n.ºs 46 e 54, 1976 e 1978.
 M. Halpern Pereira, «Decadência ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português», in *Análise Social*, n.º 53, 1978.
 Id., «O Estado vintista e os conflitos no meio industrial», in *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1982.
 J. Azeredo Perdigão, «A indústria em Portugal (notas para um inquérito)», in *Arquivo da Universidade de Lisboa*, 1916.
 M. Avelar Pinheiro, «Investimento estrangeiro, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na 2.ª metade do século XIX», in *Análise Social*, n.º 58, 1979.
 Jaime Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», in *Análise Social*, n.º 80, 1984.
 Id., «A Lei da Fome: as origens do protecçãoismo cerealífero (1889-1914)», in *Análise Social*, n.º 60, 1979.
 Id., «A produção industrial portuguesa, 1870-1914», in *Análise Social*, n.º 94, 1986.
 J. B. Serra, «Em defesa dos interesses industriais, António de Oliveira Marreca (1849-49)», in *O Século XIX em Portugal*, Lisboa, Presença/GIS, 1979.
 J. Serrão, «Burguesia na época contemporânea», in *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1984.
 A. Santos Silva, «A burguesia comercial portuguesa e o ensino de Economia Política: o exemplo da escola do Porto (1837-8)», in *O Século XIX em Portugal*, Lisboa, GIS-Presença, 1979.
 Luísa Vieira da Silva e J. C. Garcia, «O Inquérito Industrial de 1881, nota sobre um centenário», in *Finisterra*, n.º 32, 1981.
 A. Lopes Vieira, «Investimentos britânicos nos transportes urbanos e suburbanos em Portugal na 2.ª metade do século XIX», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 7, 1981.